

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	92
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	94
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.645.967
Preferenciais	0
Total	29.645.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	24.214.388	20.815.709
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	704.615	503.570
1.01.01	Caixa	84.615	73.593
1.01.02	Aplicações de Liquidez	620.000	429.977
1.01.02.02	Aplicações no Mercado Aberto	620.000	429.977
1.02	Ativos Financeiros	21.704.214	18.444.260
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	270.108	155.901
1.02.01.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	270.108	155.901
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	404.617	447.435
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	404.617	447.435
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	11.232.386	12.353.825
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	11.232.386	12.353.825
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	9.797.103	5.487.099
1.02.04.04	Operações de Crédito	9.382.369	5.085.708
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-342.277	-294.094
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	757.011	695.485
1.03	Tributos	1.534.155	1.569.036
1.03.03	Outros	1.534.155	1.569.036
1.03.03.01	Crédito Tributário	1.443.553	1.473.792
1.03.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	90.602	95.244
1.04	Outros Ativos	31.295	29.758
1.04.03	Outros	31.295	29.758
1.06	Imobilizado	127.004	145.333
1.06.01	Imobilizado de Uso	350.915	354.232
1.06.03	Depreciação Acumulada	-223.911	-208.899
1.07	Intangível	113.105	123.752
1.07.01	Intangíveis	338.072	326.598
1.07.03	Amortização Acumulada	-224.967	-202.846

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	24.214.388	20.815.709
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	17.395.208	14.472.736
2.02.01	Depósitos	6.626.275	5.829.618
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	249.981	251.713
2.02.04	Outras Captações	10.518.952	8.391.405
2.02.04.01	Recursos Letras Imobiliárias e Hipotecárias, Debêntures e Similares	253.546	213.703
2.02.04.02	Obrigações por Empréstimos	81.713	54.454
2.02.04.03	Obrigações por Repasse do País - Instituições Oficiais	691.052	736.754
2.02.04.05	Sociais e Estatutárias	7.071	100.326
2.02.04.07	Fundos Financeiros de Desenvolvimento	8.309.129	6.135.762
2.02.04.08	Outros Passivos Financeiros	85.993	112.075
2.02.04.09	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.024.996	1.027.676
2.02.04.10	Demais Instrumentos Financeiros	65.452	10.655
2.03	Provisões	3.633.440	3.807.245
2.03.01	Provisões para Pagamento a Efetuar	114.590	102.288
2.03.02	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.586.133	1.654.984
2.03.03	Provisão para Passivos Atuariais	1.170.692	1.237.350
2.03.04	Provisão para Demandas Judiciais	170.068	198.699
2.03.05	Provisão para Plano Saldados	591.608	613.575
2.03.06	Provisões Diversas	349	349
2.04	Passivos Fiscais	328.132	118.931
2.04.01	Fiscais e Previdenciárias	312.848	96.536
2.04.02	Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos	15.284	22.395
2.07	Patrimônio Líquido	2.857.608	2.416.797
2.07.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252
2.07.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.07.03	Reservas de Reavaliação	18.647	19.259
2.07.04	Reservas de Lucros	1.635.957	1.332.932
2.07.04.01	Reserva Legal	171.862	156.730
2.07.04.02	Reserva Estatutária	1.392.122	1.176.202
2.07.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	71.973	0
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	122.012	0
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-544.513	-560.899

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	397.379	909.316	201.870	737.868
3.01.01	Operações de Crédito	203.032	467.740	103.247	324.862
3.01.02	Resultado de Operações com TVM	187.772	435.659	98.623	381.634
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	6.575	5.917	0	31.372
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-267.361	-562.774	-137.584	-509.671
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-50.115	-105.107	-19.887	-83.203
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-151.715	-323.453	-77.911	-331.540
3.02.03	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-65.531	-134.214	-38.230	-94.928
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	0	-1.556	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	130.018	346.542	64.286	228.197
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	160.647	615.014	36.596	113.727
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	176.251	633.776	176.898	590.579
3.04.03	Despesas com Pessoal	-144.694	-418.723	-147.634	-433.928
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-80.334	-209.209	-67.884	-207.566
3.04.05	Despesas Tributárias	-32.712	-107.554	-27.137	-85.760
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	332.319	1.130.581	271.002	694.473
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-90.183	-413.857	-168.649	-444.071
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	290.665	961.556	100.882	341.924
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-168.878	-537.131	-85.640	-217.747
3.06.01	Corrente	-153.458	-517.343	-82.380	-245.767
3.06.02	Diferido	-15.420	-19.788	-3.260	28.020
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	121.787	424.425	15.242	124.177
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	121.787	424.425	15.242	124.177
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	121.787	424.425	15.242	124.177
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	4,108	14,316	0,514	4,189
3.99.01	Lucro Básico por Ação	4,108	14,316	0,514	4,189
3.99.01.01	ON	4,10806	14,31646	0,51415	4,18868

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	121.787	424.425	15.242	124.177
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	13.005	16.998	-140.336	-130.637
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-20.834	-73.409	-120.449	-188.664
4.02.01.01	Próprios - TVM Ajuste	-53.079	-148.695	-131.423	-249.037
4.02.01.02	Efeito Fiscal	32.245	75.286	10.974	60.373
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	33.839	90.407	-19.887	58.027
4.02.02.01	Prórios - Del. CVM nº695/2012	67.227	168.743	-36.492	104.493
4.02.02.02	Efeito Fiscal	-33.613	-78.948	16.421	-47.023
4.02.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	450	1.095	323	1.011
4.02.02.04	Efeito Fiscal	-225	-483	-139	-454
4.04	Resultado Abrangente do Período	134.792	441.423	-125.094	-6.460

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-782.057	-219.572
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	860.188	581.829
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	961.556	341.924
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-101.368	239.905
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.642.245	-801.401
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários para Negociação	-9.164	698.240
6.01.02.02	Redução em Outros Valores e Bens	115	183
6.01.02.03	Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-114.207	17.078
6.01.02.04	Redução/(Aumento) em Relações Interfinanceiras e Interdependências	-50.902	-465.100
6.01.02.05	(Aumento) em Operações de Crédito	-4.372.084	-1.137.244
6.01.02.06	Redução em Outros Créditos	94.407	14.336
6.01.02.07	Aumento em Depósitos	796.657	1.543.173
6.01.02.08	Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-18.443	-12.169
6.01.02.09	(Redução)/Aumento em Captações Mercado Aberto	38.111	-128.975
6.01.02.10	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	2.245.633	-1.201.776
6.01.02.11	IR e CS pagos	-252.368	-129.147
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.087.930	-893.498
6.02.01	(Aumento) em TVM Disponíveis p/ Venda	-1.264.419	-3.370.966
6.02.02	Redução em TVM Disponíveis para venda	2.312.449	2.471.637
6.02.03	(Aumento) em TVM Mantidos até o vencimento	-17.400	-15.839
6.02.04	Redução em TVM Mantidos até o vencimento	69.382	52.963
6.02.06	Adição em Imobilizado de Uso	-1.007	-16.404
6.02.07	Alienação em Imobilizado de Uso	399	97
6.02.08	Aplicação do Intangível	-11.474	-19.069
6.02.09	Baixa do Intangível	0	4.083
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-104.828	-166.850
6.03.01	Instrum.de Dívida Elegíveis a Capital - pagos	-27.791	-60.457
6.03.02	Juros sobre Capital Próprio pagos	-77.037	-106.393
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	201.045	-1.279.920
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	503.570	2.312.439
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	704.615	1.032.519

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.623.252	2.253	1.332.932	-560.899	0	19.259	2.416.797
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.623.252	2.253	1.332.932	-560.899	0	19.259	2.416.797
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	71.973	0	-71.973	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	71.973	0	-71.973	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.386	424.425	0	440.811
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	424.425	0	424.425
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	16.386	0	0	16.386
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	16.386	0	0	16.386
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	231.052	0	-230.440	-612	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	231.052	0	-231.052	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	1.095	-1.095	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-483	483	0
5.07	Saldos Finais	1.623.252	2.253	1.635.957	-544.513	122.012	18.647	2.857.608

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.623.252	2.253	1.143.110	-590.340	0	20.931	2.199.206
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.623.252	2.253	1.143.110	-590.340	0	20.931	2.199.206
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	25.965	0	-25.965	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	25.965	0	-25.965	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-24.159	124.177	0	100.018
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	124.177	0	124.177
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-24.159	0	0	-24.159
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-24.159	0	0	-24.159
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	83.343	0	-82.787	-1.495	-939
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	83.343	0	-83.343	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	1.011	-1.011	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-455	-484	-939
5.07	Saldos Finais	1.623.252	2.253	1.252.418	-614.499	15.425	19.436	2.298.285

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	2.539.459	1.927.992
7.01.01	Intermediação Financeira	909.316	737.868
7.01.02	Prestação de Serviços	633.776	590.579
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-134.214	-94.928
7.01.04	Outras	1.130.581	694.473
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-428.560	-414.743
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-570.310	-598.698
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-24.325	-24.254
7.03.02	Serviços de Terceiros	-132.128	-130.373
7.03.04	Outros	-413.857	-444.071
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.540.589	914.551
7.05	Retenções	-41.094	-41.552
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.094	-41.552
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.499.495	872.999
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.499.495	872.999
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.499.495	872.999
7.09.01	Pessoal	344.503	360.814
7.09.01.01	Remuneração Direta	258.761	273.163
7.09.01.02	Benefícios	63.700	65.762
7.09.01.03	F.G.T.S.	22.042	21.889
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	718.905	376.621
7.09.02.01	Federais	709.536	368.238
7.09.02.02	Estaduais	30	16
7.09.02.03	Municipais	9.339	8.367
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	11.662	11.387
7.09.03.01	Aluguéis	11.662	11.387
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	424.425	124.177
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	424.425	124.177



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º Trimestre de 2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
3º TRIMESTRE DE 2021**Comentário do Desempenho**

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S/A., referentes ao 3º trimestre de 2021.

Apesar do cenário desafiador, o Banco da Amazônia acredita no potencial econômico e negocial da Região e na disposição para realizar excelentes negócios. Com o objetivo de alcançar grandes resultados, o Banco vem atuando na implantação de novo modelo de agências, fortalecendo suas soluções digitais e mantendo em constante aperfeiçoamento seu Portfólio de produtos e serviços, sempre visando a satisfação e a melhor experiência do nosso cliente.

O Banco da Amazônia criou condições especiais para os empreendedores que precisam de apoio para superar a crise gerada pela pandemia da Covid-19, implementando medidas como a flexibilização das regras para a suspensão do pagamento de parcelas de financiamento de operações de crédito de pessoas físicas e jurídicas. O Objetivo do Banco é preservar os negócios dos empreendedores da Amazônia e estar alinhado à Resolução nº 4.782/20, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e às políticas públicas do Governo Federal.

Na condição de agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco tem pautado sua atuação em alinhamento às atividades consideradas prioritárias no âmbito das ações governamentais, oportunizando a geração de renda e de novas ocupações para a mão de obra local e, ao mesmo tempo, contribuindo para a redução das desigualdades intra e inter-regionais. Os financiamentos concedidos pelo Banco da Amazônia contemplam a todos os 450 municípios que integram a região Norte, sendo determinante para o atendimento creditício integral da Região. Alinhado às diretrizes do MDR e SUDAM, o Banco da Amazônia retomou, neste trimestre, a realização dos eventos do FNO Itinerante em modelo híbrido. O projeto FNO Itinerante realiza seminários que são organizados e coordenados pelo Banco, em parceria com governos estaduais e municipais, além de representantes do setor produtivo e das entidades de classe.

PANORAMA ECONÔMICO

A economia global continuou recuperando-se gradualmente no 3º trimestre das perdas provocadas pela pandemia do Coronavírus. O avanço da quantidade de pessoas vacinadas possibilitou a maior mobilidade e retorno das atividades que haviam sido paralisadas, como os segmentos do setor de serviços que foram os mais impactados durante o ápice da crise de saúde. O crescimento do consumo provocou aumento nos preços em alguns países por causa da queda na produção de bens e serviços. Na China, ocorreram problemas energéticos e de solvência da empresa imobiliária Evergrande que afetaram o desempenho econômico do país com consequências significativas para os países emergentes. Nos EUA, a retirada dos estímulos monetários é a questão mais relevante atualmente. Nesse contexto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve sua estimativa para 6% de crescimento da economia mundial em 2021.

No contexto nacional, aumentos sucessivos nos preços de alguns bens que compõem a cesta de consumo dos brasileiros (combustíveis, energia, carne, etc.) e a depreciação do Real em relação ao Dólar foram os principais fatores que provocaram o recrudescimento do processo inflacionário. A taxa de inflação atingiu 9,6% no acumulado em 12 (doze) meses. Esse processo levou a autoridade monetária aumentar de 2,0% em janeiro para 6,25% em setembro a taxa juros SELIC, visando ancorar as expectativas de inflação para o ano de 2022 dentro da meta de 3,5% estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A perda do poder de compra dos brasileiros é a consequência mais nefasta do processo inflacionário atual, afetando com maior intensidade as pessoas de menor poder aquisitivo. No entanto, observamos que a economia brasileira manteve a trajetória de recuperação gradual neste 3º trimestre. No trimestre encerrado em julho/2021, houve redução da taxa de desemprego para 13,7% por meio do crescimento de 1,2 milhões de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, ante o mesmo período de 2020. O comércio varejista cresceu 5,6% na variação acumulada de 12 meses no volume de vendas. No mesmo tipo de comparação o volume de serviços aumentou 2,9%, o segundo mês seguido de crescimento.

Nesse cenário, levando em consideração as premissas da conjuntura atual (externa e interna) revisamos o nosso cenário base para 2021 e projetamos que a economia brasileira crescerá 5%. Esse resultado leva em conta os efeitos das crises energéticas e do mercado imobiliário chinês (inadimplência da empresa Evergrande), da crise hídrica brasileira provocada pela queda no volume dos reservatórios de água, do aumento generalizado dos preços e da instabilidade política brasileira. Importante destacar que o crescimento estimado leva em consideração o carregamento estatístico de 2% já calculado para o ano. Ou seja, a estimativa da recuperação da economia brasileira está muito aquém do que é necessário para recuperar as quedas observadas na atividade econômica nas crises de 2014-2015 (instabilidade política) e 2020 (Coronavírus).

Na Amazônia Legal, mantemos a nossa projeção de crescimento da economia em 5% em 2021 e 6,5% em 2022, tendo como as principais premissas a continuidade da recuperação da produção da Zona Franca de Manaus (ZFM) - muito afetada pelo crescimento dos casos de Covid-19 nos primeiros meses do ano. Além disso, projetamos resultados positivos na Agropecuária e setor mineral, como também recuperação intensa na produção e consumo dos serviços. Também destacamos a concessão do setor de saneamento no Amapá para iniciativa privada com investimentos de R\$ 3 bilhões previstos nos próximos 35 anos.

Com os constantes avanços tecnológicos, o Banco da Amazônia vem buscando o aprimoramento em áreas impactantes como meio ambiente, tecnologia da informação, automatização, benchmarking, entre outros e nesse 3º trimestre de 2021, o Banco iniciou reavaliação do Planejamento Estratégico 2022-2026, a qual está em andamento, com a aplicação da metodologia da BSC (Balanced Scorecard - Indicadores Balanceados de Desempenho).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
3º TRIMESTRE DE 2021
Comentário do Desempenho
DESTAQUES dos 9M21 em Relação aos 9M20
R\$ 424,4 MILHÕES
LUCRO LÍQUIDO
+242 %


O Banco atingiu resultado histórico de R\$ 424,4 milhões, melhor resultado não só no período, mas em toda a história. Resultado das políticas de crédito e operacionais estabelecidas pelo Banco nos últimos anos.

R\$ 727,2 MILHÕES
RESULTADO OPERACIONAL
+113 %


Elevação de 113% no resultado operacional, em relação ao mesmo período de 2021, impulsionado por aumento das receitas e queda na provisão para operações de crédito e outros créditos (PCLD).

R\$ 8,8 BILHÕES
FOMENTO LIBERADO
+47 %


O Banco desembolsou R\$ 8,8 bilhões, crescimento de 47%, em relação ao mesmo período de 2020. Este crescimento está relacionado as liberações voltadas para empreendimentos do setor rural.

23,42 %
ROE
+15,89 p.p.


No 3º trimestre de 2021 o Banco apresentou rentabilidade de 23,42%, contra 7,53% realizado no mesmo período do exercício anterior.

REDUÇÃO DA PCLD
-26%


Até setembro de 2021, o decremento da PCLD (Banco + FNO) foi 26,1 %, registrando R\$ 214,8 milhões, contra R\$ 290,1 milhões no mesmo período de 2020.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS

O Banco da Amazônia, visando se adaptar a esse novo contexto econômico, social, ambiental, tecnológico e regulatório, o qual exige respostas efetivas e um contínuo alinhamento a essas transformações, iniciou no 1º semestre de 2021 a revisão de seu Planejamento Estratégico para o horizonte 2022-2026.

Alinhado às estratégias de negócios e melhoria de governança, o Banco definiu portfólio, visando o alcance dos objetivos e metas acordados no Plano Estratégico.

O atual portfólio contempla 17 projetos alinhados aos objetivos estratégicos do Banco, conforme destacado no gráfico abaixo:



Destaques para Implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e Novo Modelo de Atuação no Microcrédito Produtivo Orientado – Amazônia Florescer, que estão atrelados ao objetivo estratégico “Promover o Desenvolvimento Sustentável”.

Implantação da Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética (POSIC) e a continuidade às medidas de atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo e fortalecendo a governança corporativa.

Desenvolvimento do Open Finance, implantação de linha de crédito "Energia Verde" e modernização do BASA Digital, em atendimento ao objetivo estratégico “Implantar a modernização e a transformação digital”.

O Banco também está trabalhando na implantação de um novo modelo de agências, denominado “Agências Leve”, com estrutura mais enxuta, voltada prioritariamente para a prospecção de negócios e, o Projeto para implantação de Programa de Gestão Antifraude e Anticorrupção que visam garantir a “priorização da eficiência operacional”.

Comentário do Desempenho

ASG (Ambiental, Social e Governança)

O Banco da Amazônia atua de forma aderente às diretrizes e metas estabelecidas pelos ODS, com vistas a induzir práticas sustentáveis nos empreendimentos rurais e urbanos de todos os portes, nas atividades rotineiras de seus colaboradores e na relação com os fornecedores e sociedade.

O caminho para um modelo de atuação sustentável passa pelo entendimento da dinâmica dos termos que são trabalhados para refletir a atuação do Banco em prol da sustentabilidade. Neste sentido foi elaborada nossa Agenda ASG, a qual integra e materializa os conceitos relacionados ao Meio Ambiente (A - Ambiental), diversidade e comprometimento com a sociedade (S - Social) e boas práticas da administração do negócio (G - Governança), em ações que demonstrem o comprometimento do Banco com temas necessário ao desenvolvimento saudável de toda e qualquer instituição. Entendemos que nosso crescimento está diretamente ligado ao bem estar de nossos colaboradores, ao crescimento da sociedade onde atuamos e a preservação da Amazônia, de maneira que direcionamos nossas ações a novas perspectivas de forma a buscar resultados sólidos e contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O Banco da Amazônia afirma seu compromisso com o pacto global, que orienta meta para o desenvolvimento sustentável do planeta até 2030.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, são um conjunto de 17 objetivos integrados e inter-relacionados para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que a humanidade possa desfrutar de paz e de prosperidade até 2030.

RESULTADOS QUE REFORÇAM NOSSO COMPROMISSO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

Fomentar o desenvolvimento da Amazônia passa por diversas ações, dentre as quais destacamos o fomento às linhas de financiamento verdes, uma iniciativa que começou a partir de 2021 em nosso plano de aplicação de recursos e que tem por objetivo destinar créditos a promoção de uma economia mais sustentável que se baseia na economia e recuperação de recursos naturais, através de linhas que promovem a organização de uma infraestrutura e agropecuária comprometidas com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Entendemos a importância da nossa atuação na conscientização e preservação do Meio Ambiente dentro da sociedade em que estamos inseridos, nesta perspectiva dentre as muitas ações que o Banco realizou neste período, tais como campanhas solidárias e de voluntariado para arrecadação de doativos, de materiais de limpeza e de higiene pessoal, destacamos o Projeto Cidade Limpa, implantado na cidade de Candeias do Jamari, no estado de Rondônia, que tem por objetivo a coleta seletiva de resíduos para reciclagem, a conscientização dos moradores e o incentivo ao melhoramento da infraestrutura local, que reflete o compromisso e a confiança de uma instituição que há 79 investe na Amazônia e na sua gente.



O Banco responde, atualmente, por 67,0% do crédito de fomento na região Norte, transforma os empreendimentos por meio da indução de práticas sustentáveis nos financiamentos, que vão além de exigências legais e são necessárias para preservar o futuro da Amazônia.

Por este motivo, o Banco destacou as linhas de financiamentos verdes do FNO, lançando há 3 anos sistema de análise socioambiental dos empreendimentos rurais e, promove ações internas e externas voltadas aos pilares sociais e ambientais, além de fortalecer sua governança corporativa.

O Banco da Amazônia visa conscientizar os agentes dos setores produtivos da Amazônia, que investir em itens ecologicamente sustentáveis e processos produtivos mais limpos, além de contribuir para a preservação do meio ambiente e buscar reduzir os impactos negativos no planeta, também possibilita a criação de novos mercados e agrega valor aos seus produtos e a sua marca impactando no aumento de lucro.

Até setembro de 2021, o Banco da Amazônia, através do FNO, financiou R\$ 3,0 bilhões, para as linhas do FNO Verde, o que representa 41% das operações contratadas do FNO.



Programa Verde
R\$ 3,0 Bilhões
41% das operações do FNO
 são da linha Verde

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho



COMPROMISSO COM SOCIAL

O Banco apoia o desenvolvimento econômico com soluções que visam a transformação da qualidade de vida de seus clientes, e, para tanto, incentiva e reconhece as iniciativas em prol da cultura, ciência, esporte e inclusão social.

O Espaço Cultural Banco da Amazônia destina-se à seleção de projetos para concorrer ao “Prêmio Banco da Amazônia de Artes Visuais”. Os selecionados têm apoio para exposição de suas obras no Espaço Cultural Banco da Amazônia. Podem ser apresentadas propostas de exposições de desenho, pintura, gravura, técnicas mistas, fotografia, escultura, objeto, instalação e de mídias contemporâneas.

O Banco da Amazônia cumprindo seu papel social precursor na região aprovou a doação de insumos destinados à órgãos públicos voltados ao combate à pandemia da COVID-19, localizados no Estado do Pará, Rondônia e Amazonas.

Em maio de 2021, iniciamos a Campanha de Voluntariado 2021, abrangendo 13 das entidades sem fins lucrativos que firmaram convênio de Parceria com a nossa Instituição..

Até o último fechamento já foi arrecadado 11,96 toneladas (alimentos).



SISTEMA DE GOVERNANÇA

A estrutura organizacional do Banco da Amazônia é composta por órgãos de gestão estratégica, órgãos de fiscalização e controle e unidades organizacionais táticas e operacionais.

Assembléia Geral de Acionistas

Conselho Fiscal

Composto por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes.

Conselho de Administração

Composto de 7 (sete) membros, sendo 4 (quatro) indicados pelo Ministério da Economia, 1 (um) representante dos empregados, o Presidente do Banco e 1 (um) representante dos acionistas minoritários.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, eleita pelo Conselho de Administração, é composta pelo Presidente do Banco e 5 (cinco) Diretores Executivos.

Comitê de Auditoria

Composto por 3 (três) membros

Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital

Composto por 3 (três) membros

Comitê Estratégico de Governança e Sustentabilidade

Composto por 3 (três) membros

Comitê Estratégico de Inovação e Tecnologia

Composto por 3 (três) membros

Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

Composto por 3 (três) membros

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

Decisões Colegiadas

Todas as decisões são tomadas por comitês técnicos de acordo com alçada definida.

Controles Internos e Gestão de Riscos

Estruturas técnicas que definem as diretrizes e procedimentos.

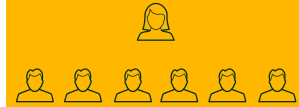
Auditoria Interna

Estrutura técnica independente e com reporte ao Conselho de Administração.

Integridade, Ética e Correição

Canais internos de denúncias, com regimento interno para apuração.

Conselho de Administração

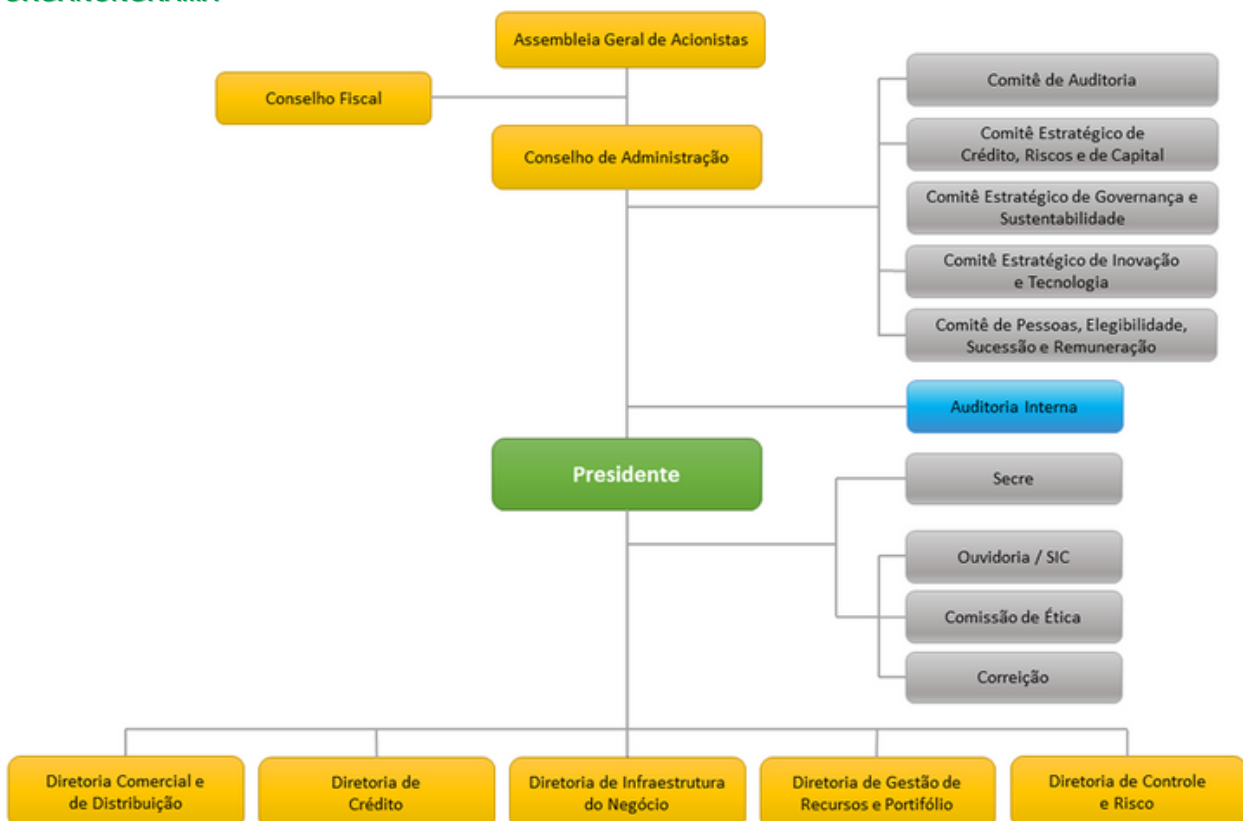


O Conselho de Administração do Banco da Amazônia é composto por 7 (sete) membros, sendo 4 (quatro) indicados pelo Ministro de Estado da Economia; 1 (um) representante dos empregados, 1 (um) representante dos acionistas minoritários e o Presidente do Banco. Na atual composição, destaque para a qualidade e independência de seus membros, onde o Banco possui 4 (quatro) de seus membros independentes, todos com larga experiência profissional e com uma ampla atuação em conselhos de administração e conselhos fiscais de empresas públicas e privadas.

O Conselho de Administração do Banco da Amazônia desde 2020 é presidido pela Dr^a Andrea Maria Ramos Leonel, primeira mulher a desempenhar o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Banco da Amazônia.

Importante destacar a composição mista da atual Diretoria, possuindo 4 integrantes que são empregados de carreira do Banco, incluindo o Presidente, e outros dois integrantes vindos de mercado. Tal composição é de grande valia para a Instituição, aliando a experiência e conhecimento histórico do Banco com uma visão e *know how* externo dos demais membros, resultando em visões complementares e que contribuem para uma gestão de alta qualidade do Banco.

ORGANOGRAMA



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

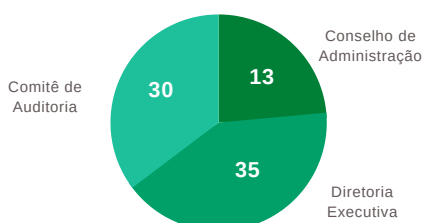
3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

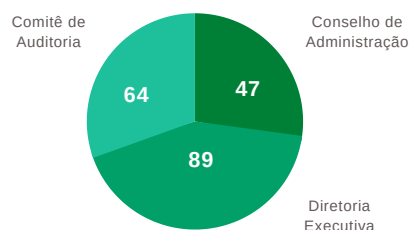


Dentre os principais assuntos aprovados pela Administração no trimestre, destacamos as normas de procedimentos relacionadas a Gestão de Pessoas; Política de Governança Corporativa; Política de Transações com Partes Relacionadas; Plano de Sucessão para o cargo de Diretor; Plano Estratégico para o período 2022-2026 e Regimento Interno do Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital.

78
Reuniões no Trimestre



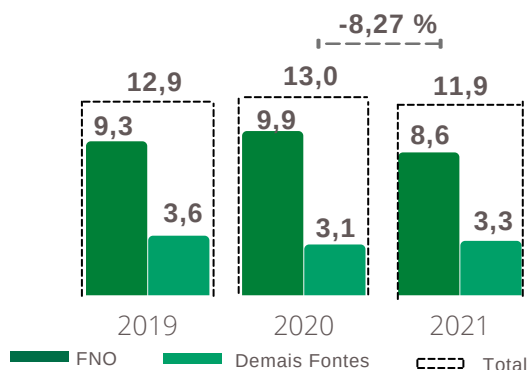
200
Reuniões no Exercício



PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA 2021

Disponibilizados R\$ 11,928 bilhões para atendimento às atividades econômicas da região amazônica em 2021, R\$ 9,155 bilhões somente no crédito de fomento. Com destaque para R\$ 8,638 bilhões oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o que representa mais de 72% dos recursos destinados para ser aplicado na região.

R\$ Bilhões



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

O Banco da Amazônia é o agente operador exclusivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento da Região Norte, constituindo o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a redução das disparidades regionais, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento e em conformidade com a Lei 14.227/21.

A partir de uma visão com foco na sustentabilidade, o Banco e o FNO contribuem para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com vistas à efetivação de políticas públicas para a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

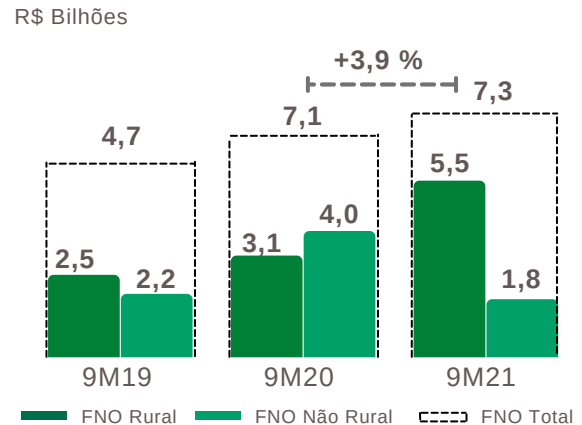
3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho



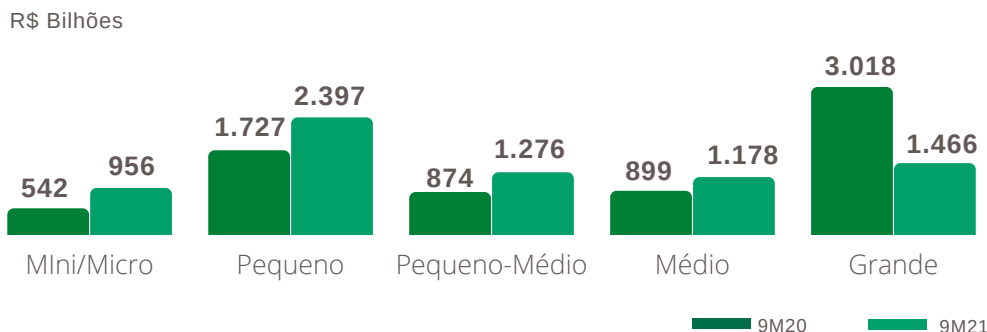
Do montante de R\$ 8,63 bilhões de Recursos do FNO destinados a investimento na região, R\$ 7,34 bilhões já foram aplicados, o que representa mais de 85% do valor destinado. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, houve aumento de 3,9% no volume financeiro e aumento de 10,38% na quantidade de operações.

Das aplicações realizadas no 3º trimestre, os empreendimentos do setor rural demandaram R\$ 1,8 bilhão e os empreendimentos dos demais setores R\$ 571 milhões. O setor rural teve um crescimento de 42% em comparação ao 3º trimestre de 2020 quando foi contratado R\$ 1,2 bilhão, e crescimento de 75% no acumulado.



Em observância as diretrizes do FNO, os financiamentos concedidos até setembro de 2021 contemplaram empreendimentos de diferentes portes, segmentos e setores. Priorizados os de menor porte – mini, pequeno e pequeno - médio, totalizando R\$ 4,6 Bilhões.

Os segmentos produtivos de menor porte foram contemplados com 79% do financiamento total. Comparativamente ao exercício de 2020, quando os segmentos produtivos de menor porte contrataram R\$ 3,3 bilhões, verifica-se um crescimento de 48% na demanda de recursos, fato este que ratifica o compromisso do Fundo com o atendimento preferencial aos segmentos de menor porte.



FNO ITINERANTE

Alinhado às diretrizes do MDR e SUDAM, o Banco da Amazônia retomou a realização dos eventos do FNO Itinerante em 2021 em modelo híbrido: com realização de eventos de forma remota e outros, de forma presencial, sempre respeitando as medidas de segurança no combate a COVID, para apresentação das linhas de financiamentos e com visitas aos municípios para coleta de proposta, voltadas aos pequenos empreendedores, em parceria com as Prefeituras Municipais, Emater e Sebrae Para 2021.

Considerando que o FNO representa o principal instrumento econômico-financeiro para o estímulo das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na Região Norte, a estratégia do FNO Itinerante para divulgação de crédito e oportunidade de financiamento é fundamental para o alcance dos 450 municípios dessa região, elegíveis as áreas mais longínquas, ou onde não haja unidade física do Banco ou que apresentaram baixo volume de contratação nos últimos anos, para a realização dessa ação.

Foram selecionados 87 municípios de 5 Estados da Região Norte, priorizando os de baixa renda; locais em que o Banco não possui agência ou ainda, que apresentem baixo volume de financiamento do FNO.

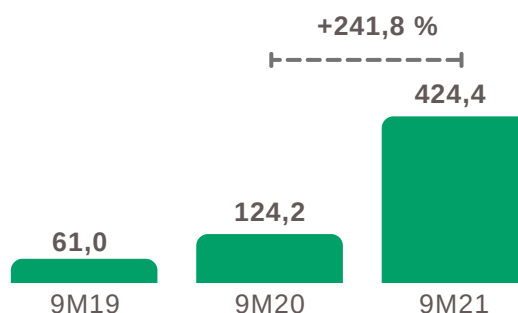
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
3º TRIMESTRE DE 2021
Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
RESULTADOS

R\$ Bilhões

Lucro Líquido
R\$ 424,4
milhões

+242 %
 Em relação a 9M20



O lucro líquido do 3º trimestre foi de 121,8 milhões, crescimento de 699,0% em relação ao 3º trimestre de 2020. No acumulado, houve crescimento de 242%, em relação ao mesmo período de 2020. O resultado foi impactado pelo aumento do resultado da intermediação financeira decorrente da redução da provisão e resultado não operacional.

Apresentamos a seguir os principais números relativos ao desempenho do período.

Em Mil R\$	3T21	3T20	▲%	9M21	9M20	▲%
Receitas da Intermediação Financeira	397.379	201.870	96,8	909.316	737.868	23,2
Despesas da Intermediação Financeira	(267.361)	(137.584)	94,3	(562.774)	(509.671)	10,4
Resultado da Intermediação Financeira	130.018	64.286	102,2	346.542	228.197	51,9
Outras Receitas Operacionais	331.397	270.860	22,3	874.995	693.613	26,2
Outras Despesas Operacionais	(89.892)	(168.634)	-46,7	(392.671)	(444.012)	-11,6
Resultado Operacional	290.032	100.754	187,9	727.155	341.122	113,2
Resultado Não Operacional	634	128	395,3	234.401	802	29127,1
Resultado Antes dos Tributos e Participações	290.666	100.882	188,12	961.557	341.924	178,8
Tributos sobre o Lucro	(168.878)	(85.640)	97,2	537.131	217.747	146,7
Lucro Líquido	121.787	15.242	699,0	424.425	124.177	241,8
Lucro Líquido/Prejuízo por Ação	4,10806	0,51145	699,0	14,31646	4,18868	241,8

O Lucro Líquido do 3º trimestre 2021 foi de R\$ 121,8 milhões, um crescimento significativo de 699,0%, em relação ao 3º trimestre de 2020. Este crescimento foi puxado pelo Resultado Operacional, superior em 187,9%, comparado ao mesmo período do ano anterior, motivado pela elevação nas receitas de operações de crédito, TVM, rendas do Del Credere FNO, tarifas bancárias, recuperação de encargos e despesas e redução das provisões contingenciais.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

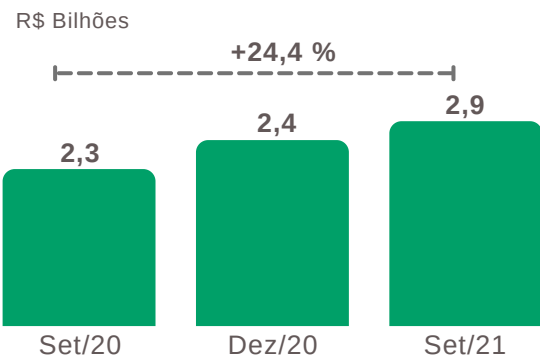
No Acumulado de 2021, o banco atingiu resultado histórico de R\$ 424,4 milhões, o melhor resultado do banco, não só no período, mas em toda a história. Em comparação, ao mesmo período de 2020, o crescimento foi de 241,8%, alavancado pelo recebimento de valores relativos aos pleitos da ação judicial movida contra a Empresa BBTS Tecnologia (antiga Cobra Tecnologia).



Maior resultado alcançado em toda a história do Banco

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Banco encerrou o 3º trimestre de 2021 com Patrimônio Líquido de R\$ 2,9 bilhões, apresentando uma elevação de 24,4% em relação ao mesmo período de 2020 (R\$ 2,3 bilhões). O valor patrimonial, que é o valor do Patrimônio líquido/Quantidade de ações, encerrou o 3º trimestre no valor de R\$ 96,36 contra R\$ 77,52 do 3º trimestre de 2020.



EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Em Mil	9M21	9M20	▲ p.p	12M20	▲ p.p
ROE	23,42%	7,53%	15,89	12,08%	11,34
ROA	2,72%	0,81%	1,91	1,27%	1,44
IEO	60,16%	78,35%	-18,19	68,85%	-8,69
ICP	17,35%	30,92%	-13,57	38,86%	-21,51

O ROE demonstra a capacidade do Banco de agregar valor à empresa, que consiste no retorno total do Lucro Líquido em relação ao Patrimônio Líquido do exercício anterior, representando retorno aos acionistas. No 3º trimestre de 2021 o Banco apresentou rentabilidade de 23,42% que, comparando-se com o resultado do mesmo período do exercício anterior (7,53%) apresenta uma variação positiva de 15,89 p.p.

O ROA tem como objetivo identificar a capacidade que o ativo do Banco tem de gerar resultados, sendo calculado a partir da relação entre Lucro Líquido/Ativos Totais. No 3º trimestre de 2021, O Banco da Amazônia apresentou ROA de 2,72%, contra 0,81% no mesmo período do ano anterior, elevação de 1,91 p.p, demonstrando neste índice, crescimento na capacidade de geração de lucros dos seus ativos.

O Índice de Eficiência (IEO) visa mensurar o nível de cobertura das Despesas Totais do Banco (Despesas de Pessoal e Demais Administrativas) em relação a geração de receitas obtidas pela atividade operacional do Banco. No 3º trimestre, o Banco apresenta um resultado de 60,16% do Índice de Eficiência, comparando-se com o mesmo período anterior (78,35%) apresenta um decréscimo de 18,19% p.p.(quanto menor, melhor).

O ICP é a razão entre o volume de Despesas de Provisão e o volume de Receitas de Crédito. Este índice expressa o quanto as Receitas de Créditos foram consumidas pelas Despesas de Provisão. No 3º trimestre de 2021 o ICP foi de 17,35%, redução de 13,57 p.p. em relação ao mesmo período do exercício anterior que foi de 30,92%, (quanto menor, melhor).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

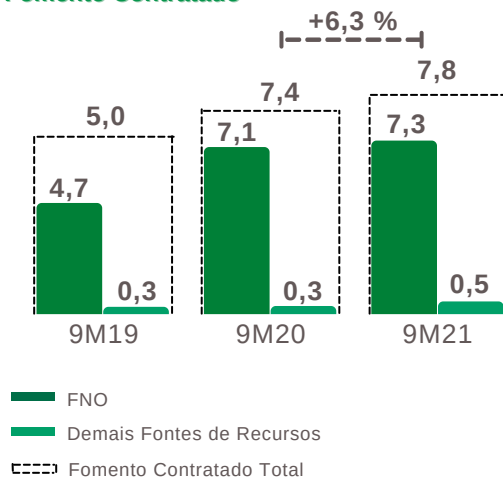


DESEMPENHO OPERACIONAL

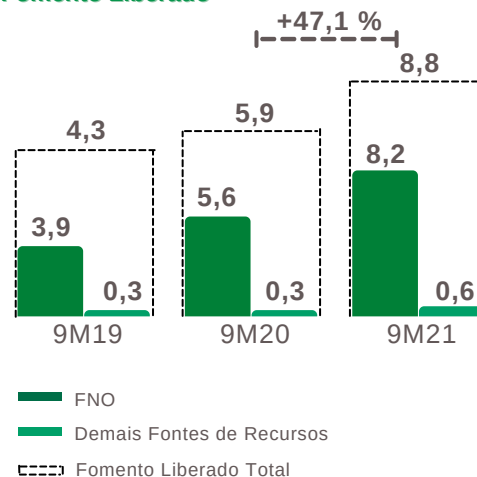
CRÉDITO DE FOMENTO

R\$ Bilhões

Fomento Contratado



Fomento Liberado



No 3º trimestre de 2021 o Banco contratou R\$ 2,6 bilhões, o que representou uma redução de 9,4% em relação ao mesmo trimestre de 2020, que foi de R\$ 2,9 bilhões. No entanto, houve crescimento de 7,9% na quantidade de novos clientes e 3,5% de novos contratos, o que demonstra maior pulverização do crédito, ratificando o compromisso do Banco com a região. No acumulado do ano, o Banco aplicou R\$ 7,8 bilhões, registrando crescimento de 6,3%, do valor aplicado em relação ao mesmo período de 2020 que foi de R\$ 7,4 bilhões. Também houve crescimento de 10,8% em número de clientes atingidos e 10,0% em quantidade de contratos realizados. Este crescimento foi alavancado pelo aumento no setor rural que demandou R\$ 6,0 bilhões, 72,9% de crescimento em relação a 2020 (R\$ 3,5 bilhões).

Priorizando a sustentabilidade, o Banco incentiva empreendimentos voltados para as linhas verdes nos segmentos rural, empresarial e de infraestrutura.

Em relação a liberação do crédito no fomento neste 3º trimestre, o Banco desembolsou R\$ 3,6 bilhões, contra R\$ 2,4 bilhões, aumento de 47,01% em relação ao mesmo trimestre de 2020. No acumulado o Banco desembolsou R\$ 8,8 bilhões, no mesmo período de 2020, foi de R\$ 5,9 bilhões, o que representa, também, crescimento de 47,1%.

Esse desempenho foi possível pela implantação de novas ferramentas de crédito, inclusive na plataforma digital, bem como na simplificação de processos e ações de mobilização da rede de atendimento.

CRÉDITO DE APOIO AO PEQUENO PORTE

O Banco da Amazônia atingiu a marca de R\$ 4,65 bilhões, crescimento de 45,31% comparando ao mesmo período de 2020, que foi de R\$ 3,20 bilhões. Seguindo as diretrizes do FNO, o resultado apresentado demonstra a preocupação do Banco da Amazônia de priorizar os segmentos produtivos de menor porte (mini/micro, pequenos e pequeno-médios empreendedores e microempreendedores individuais) e agricultura de base familiar. Os empreendedores desse porte, foram contemplados com 67,88% dos valores financiando pelo FNO, (excluindo os financiamentos de infraestrutura).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

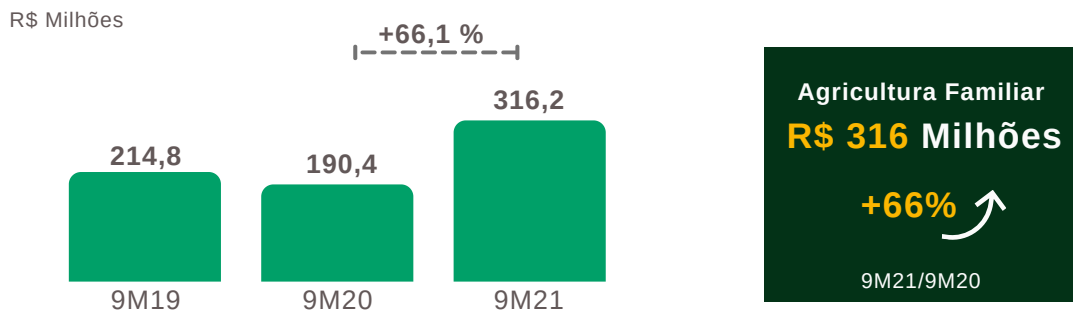


PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

O Banco da Amazônia, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), vem apoiando o desenvolvimento desse segmento no cenário regional, financiando projetos que atendam aos padrões de responsabilidade ambiental, econômica, social e cultural.

O PRONAF cresceu 35,7% comparado ao 3T20 e 66,1% de janeiro a setembro de 2021 em relação ao mesmo período do exercício de 2020 em função de flexibilizações em alguns processos e normas, ao aumento da demanda, a adoção da Oferta Ativa e a implantação do BASA DIGITAL que desburocratizou e acelerou o processo de concessão de crédito.

A Implantação do BASA DIGITAL para atender agricultores familiares permitiu maior agilidade na concessão do crédito, reduzindo o prazo de concessão de 3 meses para no máximo 7 dias possibilitando o crédito se tornar cada vez mais oportuno para o agricultor familiar.



MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI

No período de janeiro a setembro de 2021, o Banco da Amazônia aplicou R\$ 2,0 milhões no segmento Microempreendedores Individuais, comparando ao mesmo período de 2020, houve um pequeno decremento de -0,16%, causada principalmente pelos impactos da pandemia do COVID-19 nas áreas urbanas da Amazônia, onde encontrar-se localizada o maior percentual dos Empreendedores Individuais. Mas há a expectativa que este desempenho melhore no último trimestre de 2021 e no exercício 2022, uma vez que houveram ajustes operacionais para Portal do ECREDMEI a partir de outubro de 2021 para atender a grande demanda de produtos e serviços solicitados por este segmento no Portal ECREDMEI.

MICROFINANÇAS - PROGRAMA MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO – AMAZÔNIA FLORESCE

O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Amazônia Florescer, atende as áreas urbana e rural por meio de Termo de Parceria entre o Banco da Amazônia e a Associação de Apoio a Economia Popular da Amazônia (Amazoncred), responsável pela operacionalização do programa. O Programa é desenvolvido por meio de visitas aos empreendedores populares urbanos (informais) e agricultores familiares, no local onde esses desenvolvem suas atividades; envio de propostas de crédito ao Banco da Amazônia; bem como a realização de acompanhamento do ciclo do crédito e cobrança.

Até setembro de 2021, o Programa Amazônia Florescer (urbano e rural) aplicou R\$ 154,4 milhões, um crescimento de 122,6%, comparado ao mesmo período do exercício de 2020 provocado por melhorias no cenário econômico com a redução acentuada de casos do COVID19, e melhorias nos processos de gestão e plataforma digital.

A plataforma MPO Digital do Programa Amazônia Florescer Urbano possibilitou a expansão do Programa com a abertura de novas Unidades de Microfinanças, a redução de custos, a agilidade na concessão do crédito e o aumento da base de clientes ativos em mais de 50% de setembro de 2020 para setembro de 2021.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho



Programa Amazônia Florescer Urbano

O Programa Amazônia Florescer Urbano apresentou um crescimento de 133% no período de janeiro a setembro de 2021 comparado ao mesmo período do Exercício de 2020, aplicando o montante de R\$ 146,6 milhões, contra R\$ 62,9 milhões, aplicado em 2020. Este crescimento se deveu as melhorias nas simplificações dos processos, melhorias na política de crédito, na plataforma digital Programa e a abertura das 10 novas unidades no ano final do ano de 2020.

Programa Amazônia Florescer Rural

De janeiro a setembro de 2021, o Programa Amazônia Florescer Rural, aplicou 7,8 milhões, contra R\$ 6,5 milhões no mesmo período de 2020, apresentando um crescimento de 19,3%, destaque para melhorias nas simplificações dos processos que um dos motivos para o crescimento nas aplicações ocorridas no período.

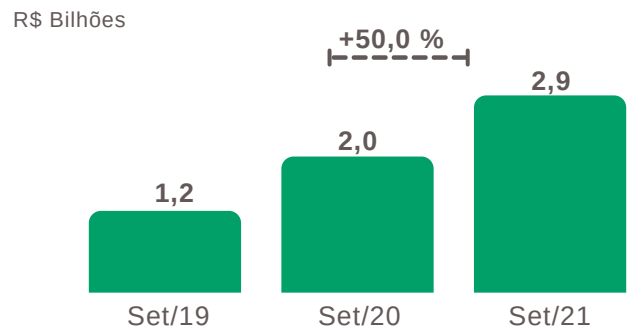
PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA

Em conformidade com os projetos de infraestrutura indicados pelo governo federal como prioritários registrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, entre os setores apoiados pelo Banco da Amazônia em 2021, foram priorizados os setores que detém impacto socioeconômico na região, dentre os quais destacamos: Energia, Logística, Mineração, Saneamento e Telecomunicações. Até setembro de 2021, o Banco aplicou R\$ 490 milhões, nos setores de Logística e de Energia.

Tornou-se vigente, a partir de 12 de agosto de 2021, a Política de Crédito de Infraestrutura do Banco da Amazônia, a qual regulamenta as diretrizes de aplicação de recursos do FNO com clientes dos setores de Energia (Geração, Transmissão e Distribuição), Logística (fluvial, aérea, ferroviária e rodoviária) e Saneamento (distribuição de água, tratamento de esgoto e aterros sanitários).

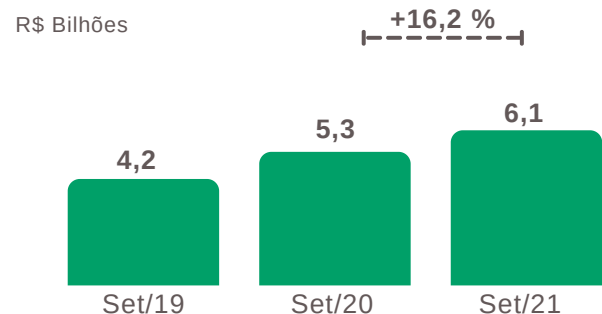
CRÉDITO COMERCIAL

A carteira comercial encerrou o 3º trimestre com saldo acumulado de R\$ 2,9 bilhões, crescimento de 50,0%, em comparação ao mesmo período de 2020, que foi de R\$ 2,0 bilhões. Ampliação decorrente de campanhas para expansão do volume em nossas principais linhas da carteira comercial.



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O 3º trimestre fechou com o saldo de R\$ 6,1 bilhões, crescimento de 16,2%, em comparação ao saldo do mesmo período de 2020, que foi de R\$ 5,3 bilhões. Incremento resultante da elevação do depósito à vista em 8,6%, proporcionado dentre outros motivos pelos novos serviços digitais e pelos depósitos à prazo que cresceu 29,9%.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

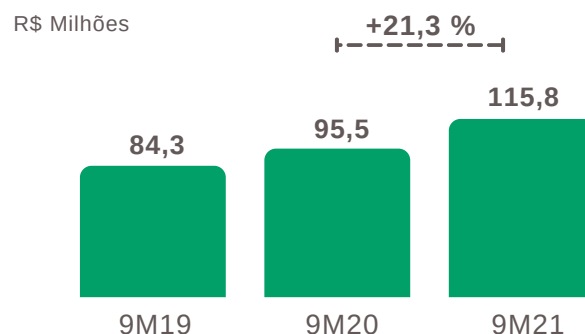
3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho



RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

O Banco recuperou no 3º trimestre R\$ 45,8 milhões, crescimento de 18,1% em relação ao trimestre anterior e redução de 4,9% em relação ao mesmo trimestre de 2020. No acumulado, alcançou o volume recuperado de R\$ 115,8 milhões, crescimento de 21,3%, em relação ao período de 2020, que foi de R\$ 95,5 milhões. Impactado pelo aumento das recuperações de crédito na carteira de fomento e comercial, que recuperaram R\$ 97,5 milhões e R\$ 16,8 milhões, respectivamente, o que representa crescimento de 34,9% e 17,4%.



RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços tiveram leve recuo de 0,4%, atingindo R\$ 176,3 milhões no 3º trimestre de 2021 e 176,9 milhões no 3º trimestre de 2020. Esta redução foi puxada, principalmente, pela Taxa de Administração do FNO, que apresentou queda 5,6%, muito em função da MP 1.052/21 que alterou as regras de remuneração do FNO, por um determinado período de 2021. No acumulado, as receitas de prestação de serviços apresentaram crescimento de 7,3%, influenciadas pelo aumento de 3,9% de receitas de administração de fundos e 18,0% de receitas de tarifas.

As receitas de tarifas evoluíram 8,9%, no 3º trimestre em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 48,3 milhões, contra R\$ 44,4 milhões, influenciado pelo aumento de receitas de tarifas de pessoa física, que cresceu 32,5%. No acumulado, até setembro de 2021, o banco atingiu R\$ 142,1 milhões, incremento de 18,0% nas receitas de tarifas bancárias em relação ao mesmo período de 2020.

RECEITAS DE SEGURIDADE

As Receitas de seguridade acumuladas nos primeiros 9 meses de 2021, alcançaram o montante de R\$ 15,1 milhões contra R\$ 10,4 milhões no mesmo período de 2020 significando crescimento de 44,3%.

O aumento nas receitas de capitalização e seguros, foram os produtos que tiveram maior destaque para o crescimento das receitas de seguridade.

Os principais fatores responsáveis por esse desempenho foram o direcionamento estratégico no lançamento de campanhas e premiação de vendas de produtos, com foco nos ramos de seguro de vida, capitalização, previdência, patrimonial e seguros voltados ao agronegócio como seguros riscos diversos de máquinas/equipamentos e seguro empresarial.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Neste trimestre as despesas administrativas atingiram o montante de R\$ 80,3 milhões, com elevação de 18,3% quando comparada ao 3º trimestre de 2020. No acumulado do ano, atingiu o valor de R\$ 209,2 milhões, crescimento de 0,8% desse tipo de despesa em relação ao mesmo período de 2020, impactado, principalmente, pelo aumento verificado nas despesas de serviços de terceiros e das taxas sistema financeiro.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho



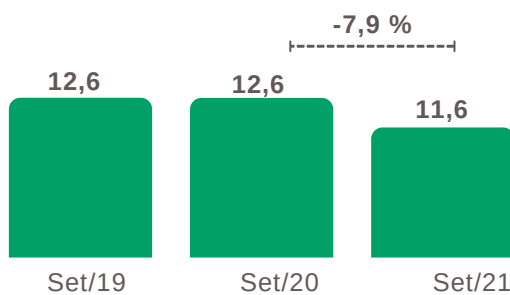
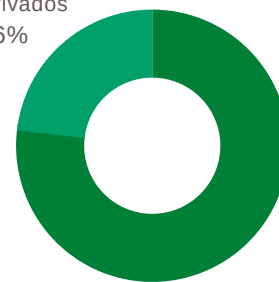
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (TVM)

Ao final do 3º trimestre de 2021, a carteira alcançou o montante de R\$ 11,6 bilhões, não demonstrando variação significativa quando comparado ao 3º trimestre de 2020, que apresentou o montante de R\$ 12,6 bilhões.

A Carteira está composta por 75,4% de títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), demonstrando a posição conservadora do Comitê de Ativos e Passivos, responsável pela política de aplicação da tesouraria. Os 24,6% restantes são de títulos privados - Letras Financeiras, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, Debêntures e outros, todos indexados ao CDI e com ratings AAA, AA, A e BB, o que demonstra a continuação da política conservadora da aplicação dos recursos alocados na área de tesouraria do Banco que apresentam baixo risco de “default” (risco de crédito) bem como risco de mercado próximo de zero.

O resultado das operações com títulos e valores mobiliários, atingiu R\$ 187,8 milhões, neste trimestre, contra R\$ 98,6 milhões no mesmo período do ano anterior, registrando um crescimento de 90,4%. O aumento no volume de operações foi reflexo, principalmente, da elevação da taxa Selic, bem como pela recuperação da marcação a mercado dos papéis da carteira, diante de um cenário de maior controle da pandemia da COVID-19.

R\$ Bilhões

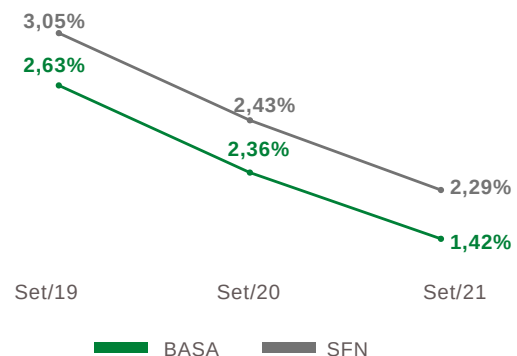
Títulos Privados
24,6%Títulos Públicos Federais
75,4%

INADIMPLÊNCIA E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO (PCLD)

Grande parte das operações da carteira de crédito de exposição de risco-banco foram beneficiadas pelas renegociações, no exercício de 2020, no âmbito das Resoluções 4.782/20; 4.803/20; 4.791/20 e 4.908/20, de modo que os vencimentos reprogramados para 2021 refletiram nas ações de controle da inadimplência.

O Comportamento da inadimplência na carteira de crédito do Banco manteve-se em uma trajetória de queda, puxada pela implementação de novos instrumentos de renegociação para setores econômicos específicos, ainda afetados pelos efeitos restritivos da pandemia da COVID-19, estabelecendo

prazo adicional para pagamentos de operações de crédito através de Circulares de Renegociação 2021/01 e 2021/18, com significativo alcance das operações de fonte FNO e Recursos Próprios Livres – RPL, bem como pelas ações de monitoramento e cobrança com uso de novas ferramentas automatizadas, tais como o Sistema de Acompanhamento de Crédito e gestão pontual das operações vencidas.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho



No que diz respeito à PCLD foi registrado uma redução de 25,0%, encerrando o 3º trimestre de 2021 com montante de R\$ 72,1 milhões ante R\$ 96,1 milhões no 3º trimestre de 2020, valor esse composto pelas provisões da Carteira Banco que registrou R\$ 65,5 milhões (R\$ 38,2 milhões no 3º trimestre de 2020) e provisão de crédito do FNO que registrou R\$ 6,6 milhões em relação a R\$ 57,8 milhões no 3º trimestre de 2020.

Essa redução de 26,1% no volume de PCLD está relacionada diretamente com os processos de melhoria implementados na gestão da carteira de crédito, bem como as medidas de enfrentamento da pandemia que vem sendo utilizadas pela Instituição (circulares, ferramentas, plataformas, novos produtos e outros), assim como, as ações de cobrança que foram ampliadas.

No acumulado 2021 o decremento da PCLD (Banco + FNO) manteve-se praticamente no percentual do trimestre, em 26,1 %, registrando R\$ 214,8 milhões, contra \$ 290,1 milhões no mesmo período de 2020.

Em face da manutenção de um cenário de baixa recuperação da atividade econômica, para setores econômicos específicos, ainda afetados pelos efeitos restritivos da pandemia da COVID-19, o Banco da Amazônia concedeu, neste ano, prazo adicional para pagamentos de operações de crédito através das Circulares de Renegociação, que tiveram significativo alcance nas operações do FNO e de Recursos Próprios Livres - RPL.

GESTÃO DE CAPITAL

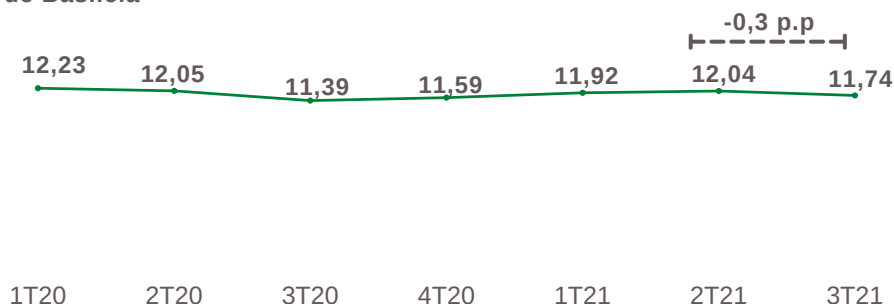
O Banco Amazônia faz gestão do capital regulamentar embasado nas diretrizes do acordo de Basileia III, sendo que o Índice de Basileia é o principal indicador de gestão do nível do capital, e é calculado pela relação entre Patrimônio de Referência e o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA.

O Índice de Basileia do Banco da Amazônia foi de 11,74 % em 30 de setembro de 2021. O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA (somatório das parcelas referentes ao risco de crédito, mercado e operacional), foi de R\$ 29,28 bilhões, crescendo 21,8 % (R\$ 24,04 bilhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. O Patrimônio de Referência foi de R\$ 3,4 bilhões em setembro de 2021 e R\$ 2,7 bilhões no mesmo período de 2020, crescimento de 25,5%.

O Banco da Amazônia mantém controle permanente do nível de capital regulamentado, através das faixas de tolerância com as áreas de risco, controle, orçamento e esferas colegiadas estratégicas de decisão. Adicionalmente realiza o monitoramento do Índice de Basileia para mantê-lo em patamar superior à exigência legal.

O Banco possui o Plano de capital, com projeções, acompanhamento destas projeções em relação ao que é efetivamente realizado para subsidiar a gestão na manutenção do capital nos níveis desejáveis.

Índice de Basileia



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho



RATINGS

A nota atribuída ao Banco da Amazônia pela agência de classificação de risco Fitch Rating reflete o bom desempenho operacional e a qualidade da administração da Instituição.

Para a referida agência, o Banco da Amazônia é estrategicamente importante para a região, servindo como agente financeiro e desempenhando papel importante na promoção do desenvolvimento através de serviços e concessão de créditos.

O relatório da agência de risco Fitch Rating está disponível na página do RI no site bancoamazonia.com.br

Fitch Ratings

	Longo Prazo	Curto Prazo	Perspectiva
Escala Nacional	AA (bra)	F1 + (bra)	Estável
Moeda Local	BB -	B	Estável
Moeda Estrangeira	BB -	B	Estável

Base: Jun/21

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital do Banco da Amazônia é composto exclusivamente por ações ordinárias.

A União é o acionista majoritário, com participação de 95,8% no capital social, sendo 51,0% de forma direta e 44,8% de forma indireta e, 4,2% das ações do Banco estão em livre circulação no mercado (*Free float*).

Acionista	Qtd	%
União	15.119.443	51,0%
FI Caixa FGEDUC Multimercado	10.427.301	35,2%
BB FGO - Fundo de Investimento em Ações	2.853.813	9,6%
<i>Free float</i>	1.245.410	4,2%
Total	29.645.967	100,0%

GESTÃO DA INTEGRIDADE E CORREIÇÃO

O Programa de Integridade do Banco da Amazônia foi elaborado em aderência às exigências legais de prevenção e combate à corrupção constantes na Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 e na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e está pautado em cinco pilares, que perpassam os três eixos de atuação: Prevenção, Detecção e Correição, de acordo com as orientações da Controladoria Geral da União (CGU).

A Gerência de Controle Interno, subordinada a Diretoria de Controle e Risco, é a unidade responsável pela Gestão do Programa de Integridade no Banco.

O Programa está alinhado aos normativos do Banco, e tem como objetivo prevenir, detectar e corrigir atos ilícitos praticados, na forma ativa ou passiva, pela Alta Administração, empregados, colaboradores, fornecedores e terceirizados do Banco da Amazônia, garantindo a aplicação efetiva do código de Ética, Política de Gestão de Pessoas, Regime Disciplinar e demais regulamentos.

Na aplicação prática do dia a dia, o cumprimento de leis, dos códigos de ética e de conduta e dos normativos internos, representam um compromisso ético com os objetivos, metas, missão e valores da Instituição na busca da qualidade e transparência.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

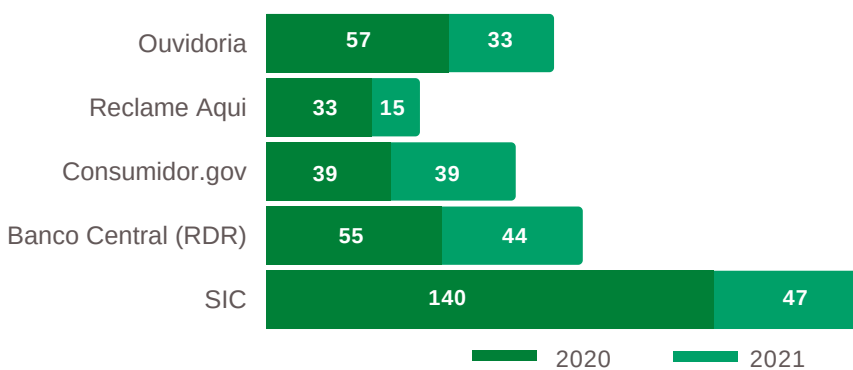
OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes, que busca identificar as necessidades do público externo e a satisfação dos clientes e usuários, além de zelar pela boa imagem do Banco, propondo melhorias contínuas dos processos, produtos e serviços.

No 3º trimestre de 2021, a Ouvidoria recebeu 50 demandas, redução de 52,4%, em relação ao 3º trimestre de 2020, quando houve 105 demandas. Até setembro de 2021, houve 178 demandas, contra 324 no mesmo período de 2020, o que representa redução de 45,1%.

Através do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, a Ouvidoria atende aos pedidos de informações públicas relacionadas às atividades do Banco da Amazônia, em consonância com a Lei 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso à Informação - LAI. Até setembro de 2021 foram recebidas no SIC: 47 demandas, contra 140 em 2020, redução de 66,4%.

Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Demandas do Cidadão – RDR, do Banco Central, 44 registros de reclamação, 20% a menos que no período de janeiro setembro de 2020.



100% das Demandas respondidas no prazo

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, exerce atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, na condição de terceira linha no processo de gerenciamento de riscos e controles. Suas ações são abrangentes e têm como objetivo aumentar e proteger o valor organizacional.

Até o final do 3º trimestre, a Auditoria Interna executou avaliações previstas no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) 2021, com destaque aos trabalhos sobre: Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC); Segurança- Anticorrupção - Lavagem de Dinheiro (PLD/FT); Administração de Pessoal, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho; Estrutura de Governança e de Controles Internos da Entidade Fechada de Previdência Complementar; Sistemas e Produção de TI; Compras e Contratos - Gestão de Compras e Contratos; além de concluir 34 apurações de responsabilidades.

No cumprimento das atividades de relacionamento governamental, protocolou e acompanhou, até 30/9/2021, 69 solicitações/demandas de órgãos externos de fiscalização e controle, das quais 67 foram atendidas e duas encontram-se em prazo de atendimento.

GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do Banco da Amazônia é consolidada de forma contínua e integrada. A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital dispõe das diretrizes para gestão de riscos, o apetite ao risco, seus níveis e limites estabelecidos nos termos da RAS (*Risk Appetite Statement*) e orienta o comportamento de todas as unidades do Banco envolvidas no processo de gestão de risco.

O Banco, classificado no Segmento 3 (S3), na forma da Resolução 4.553/2017, dispõe em sua estrutura de gerenciamento de risco e de capital: Declaração de Apetite por Riscos – RAS, Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade, o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária - IRRBB, Comitê de Riscos e Indicação – CRO - *Chief Risk Officer*, perante o BACEN.

O Banco cumprindo sua missão com a Sociedade, através do Gabinete de Crise com a participação, também, da área de riscos, realizando monitoramento e comunicações sobre as ações de enfrentamento do COVID-19, acompanhamento de Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde e da evolução da saúde dos empregados, bem como para decidir sobre as medidas administrativas de acordo com a progressão da doença no País, região e estados onde o Banco atua.

Alinhado com o cenário atual, o Banco aprimorou suas políticas e seu apetite a risco em virtude do cenário econômico, reviu suas projeções de capital e, deste modo, atualizou os cenários de risco e plano de capital.

CONTROLES INTERNOS

O Banco da Amazônia possui uma sólida estrutura de governança e controles internos que coadunam para garantir a consecução dos seus objetivos e que tem proporcionado mecanismo de auxílio para tomadas de decisão e sustentabilidade dos seus resultados. A empresa tem promovido, internamente, disseminação da cultura de controle, integridade e ética.

O Sistema de Controles Internos (SCI) tem papel importante para o alcance dos objetivos e resultado da entidade. A responsabilidade sobre o SCI é de todos os empregados, e permeia toda a estrutura organizacional do Banco, integrada por meio do modelo das Três Linhas. Todos os níveis hierárquicos possuem papéis e responsabilidades em suas atividades, objetivando a eficácia dos controles internos e o fortalecimento do ambiente de controle.

Na estrutura organizacional do Banco, a Gerência de Controles Internos (GECIN) tem a finalidade de gerir o Sistema de Controles Internos. No 3º trimestre, o Banco reportou o funcionamento dos controles internos à Auditoria Independente, em conformidade as diretrizes previstas na Circular Bacen 3.467/09.

Diante do cenário de pandemia, o Banco vem mantendo o Sistema de Controles Internos presente, funcional e aderente às boas práticas do mercado, conforme à natureza, porte, riscos e complexidade das operações da Instituição. Neste sentido, as ações implementadas continuam sendo gerenciadas para prevenir eventuais impactos econômicos, sociais e financeiros provocados pela pandemia, dentre elas: regime de teletrabalho, realizações de reuniões virtuais, incentivo ao uso de serviços remotos (Internet Banking, Mobile Banking, Terminais de Autoatendimento e Banco 24 Horas), dentre outros.

Para um controle interno eficiente e eficaz, o Banco da Amazônia vem aperfeiçoando continuamente seus controles internos e implantando melhorias relativas às políticas, procedimentos, sistemas e processos.

Comentário do Desempenho

A Política de Controles Internos tem como objetivo estabelecer conceitos, diretrizes e responsabilidades que fundamentam e orientam a promoção da boa governança e da prevenção a riscos. Já com a Política de Compliance, a instituição eleva os padrões éticos e de integridade, assegurando uma forte cultura de controles, seja em atividades regulares ou rotineiras desempenhadas pelos empregados.

Ressalta-se que a atuação do Controle Interno, por meio das atividades de mapeamento de risco, verificação de conformidade e monitoramento de recomendações, tem sido ampliada com foco nos processos e regulamentações mais críticos do Banco.

SEGURANÇA CORPORATIVA

O processo de segurança corporativa tem como objetivo gerir a segurança corporativa do Banco observando os requisitos legais, de controle, buscando a prevenção e mitigação de ameaças com o objetivo de resguardar a integridade das pessoas, das informações, dos ativos físicos e financeiros e da imagem da Instituição. Para tal, o Banco dispõe de área subordinada à Diretoria de Controle e Risco que atua nos seguintes macroprocessos: Segurança Bancária e Patrimonial, Segurança da Informação, Segurança Cibernética, Combate à Ilícitos (antifraudes, prevenção a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, quebra de sigilo bancário etc.), Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, dentre outros processos correlatos.

No 3º trimestre na área de Segurança Patrimonial e Bancária, o Banco efetivou e formalizou contrato de manutenção, dentre outras contratações de segurança patrimoniais que ensejaram no início da remodelagem de procedimentos operacionais que têm previsão de encerramento em Outubro de 2021.

Na Segurança de Informação e Segurança Cibernética, destacamos a homologação do resultado da licitação dos Serviços Gerenciados de Segurança (MSS-SIEM) e contratação do serviço de Teste de Intrusão em fase de cotação de preço (RFP), ambos alinhados ao Planejamento Estratégico do Banco sob a ótica de Cibersecurity.

Compondo as ações estratégicas de Controles e Riscos, o Banco deu mais um importante passo no processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) implementando a revisão do curso EAD Pessoa Exposta Politicamente 2021, obrigatório a todos empregados do Banco.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

A Lei 13.709/2018 (LGPD), dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

O Banco da Amazônia adota as melhores práticas para preservar a privacidade e proteger os dados pessoais de seus clientes, os quais são armazenados de acordo com rígidos padrões de segurança.

Os dados pessoais são tratados para propósitos legítimos e informados por meio de avisos ou políticas de privacidade, e amparados em bases legais constantes na legislação.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
3º TRIMESTRE DE 2021
Comentário do Desempenho
REDE DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia tem sua área de atuação nos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além da capital de São Paulo. No final do 1º semestre de 2021, o Banco contava com uma estrutura de rede de atendimento formada por 09 superintendências e 119 unidades, sendo 118 agências e 1 Posto de Atendimento Avançado.

Presente nos 9 estados da Amazônia Legal
118 Unidades espalhadas por toda a Amazônia Legal
100% dos Municípios atendidos na região Norte

CANAIS DE ATENDIMENTO

Os clientes do Banco da Amazônia possuem amplo acesso a diversos produtos e serviços com facilidade e praticidade. Além da Rede Própria de Atendimento, destacamos os canais de Mobile e Internet Banking e, ainda, o acesso a rede compartilhada, através dos terminais de autoatendimento do Banco 24 horas, da Rede Saque Pague e ATM 24 hs espalhados por todo o país.

Canais de Atendimento	9M21	9M20	▲ %
Atendimento Físico	1.334.980	1.393.910	-4,2%
Internet Banking	628.789	616.395	2,0%
Mobile	2.165.060	865.337	150,2%
Caixas Eletrônicos (BASA)	2.001.190	2.418.301	-17,3%
Caixas Eletrônicos (24 h)	159.805	173.584	-7,9%
Caixas Eletrônicos (Saque e Pague)	5.547	-	-
Total (Transações Financeiras)	6.295.371	5.467.527	15,1%



15,1% de crescimento em transações financeiras pelos canais de atendimento
 (9M21 x 9M20)

Sempre atento a evolução do mercado bancário e ao bem-estar, conforto e segurança dos seus clientes e usuários, o Banco da Amazônia ampliou suas alternativas de atendimento eletrônico, objetivando novas tecnologias para completar as demandas necessárias dos consumidores no período de pandemia do Coronavírus, são elas:

APP Sua conta BASA

Canal de abertura de Conta Corrente Pessoa Física e Jurídica 100% digital. Acesso fácil e descomplicado ao serviço qualquer hora do dia sem a necessidade de ir à agência

BASA Digital

Canal digital para contratação de financiamento para agricultores familiares - Pronaf e empréstimo para o microcrédito produtivo orientado - MPO

Atendimento pelo WhatsApp e Relacionamento BASA

Canais de atendimento criados para que os clientes e usuários tenham informações rápidas com respostas automáticas sobre os produtos e serviços do Banco sem sair de casa

Comentário do Desempenho**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)**

A área de tecnologia da informação do Banco da Amazônia tem executado ações com foco na inovação, modernização tecnológica, redução de custos e otimização da eficiência operacional, buscando sempre o alinhamento com as estratégias corporativas declaradas no Planejamento Estratégico Institucional vigente.

Também alinhado a esse instrumento de planejamento, a área de TI tem suas estratégias declaradas no Plano Diretor de TI, que tem como foco principal avançar com a inovação e modernização dos processos de negócios do Banco tendo como um dos seus pilares a Tecnologia.

O Banco segue com sua modernização e inovação Tecnológica, bem como as ações de mitigação de risco e Governança de TI e tecnológica.

O Banco da Amazônia contratou consultoria externa para fazer o seu Assessment em Gestão e Governança de Dados, resultando em diagnóstico sobre a maturidade do Banco no tema e oportunidades de melhoria seguindo práticas de mercado. Além disso foi construído um relatório (Roadmap) contendo ações imediatas, de curto, médio e longo prazo. Isso incluiu a indicação de ferramentas, métodos e processos, além de indicar demais propostas de melhorias, identificadas durante o projeto. Um dos objetivos desse documento foi mostrar o caminho para eliminar eventuais anomalias e evoluir a maturidade da Governança de Dados na Organização.

GESTÃO DE PESSOAS

Atualmente, o Banco possui 2.844 empregados ativos no quadro de pessoal, e considerando a dotação aprovada pelo órgão regulador, há uma deficiência de 5% do quadro. Em relação a distribuição dos empregados, a maior quantidade está lotada nas unidades que compõem a Rede de atendimento (Agências e Superintendências), com cerca de 1.400 empregados. Além disso, há 43 empregados afastados para exercer funções em outras Instituições (mandato eletivo, cedidos etc.) bem como afastados por LTS.

No período de 01/01/2021 a 30/09/2021 foram admitidos 28 empregados via concurso público, os quais foram lotados nas unidades da rede de atendimento, conforme previsto no edital do concurso. Adicionalmente, no mesmo período, através dos Programas de Estágio e Aprendiz, foram admitidos 20 aprendizes e 165 estagiários.

Sobre o Programa Aprendiz e Programa de Estágio, o Banco possui 149 aprendizes lotados em todas as unidades e 255 estagiários.

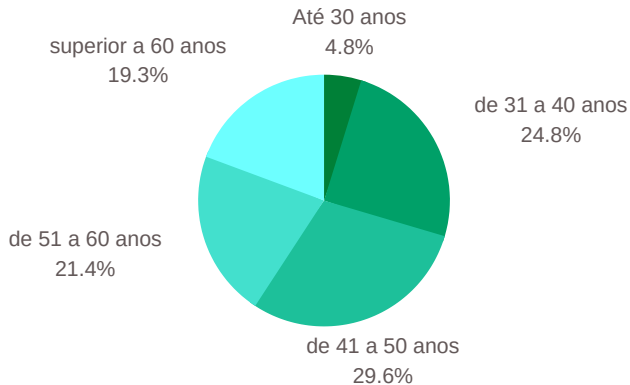
**PERFIL DOS EMPREGADOS**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

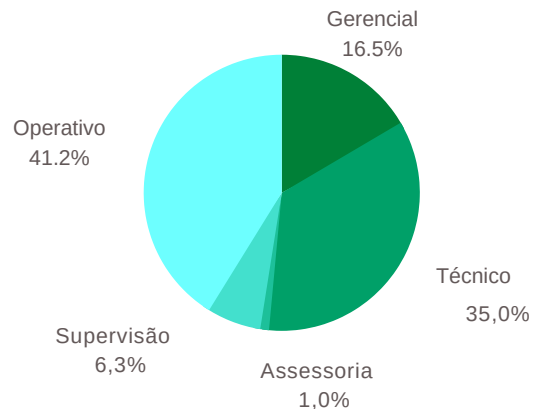
DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA



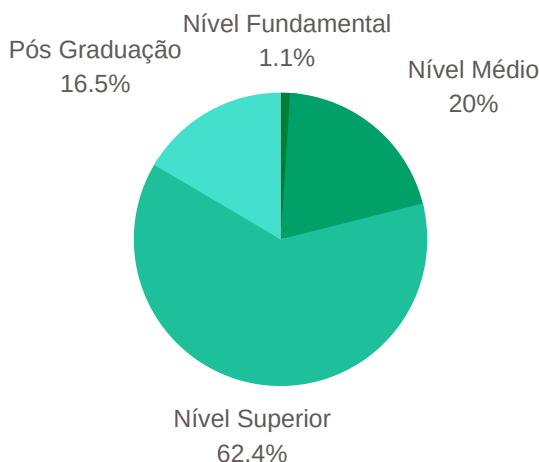
O Quadro atual do Banco apresenta alta média de idade entre os empregados, superior a 40% com idade igual ou superior a 50 anos. O Banco vem realizando ações de suprimento de pessoal, através de novos concursos públicos para os cargos de nível superior ou médio.

Atualmente, o Banco possui 168 mulheres exercendo função gerencial, o que representa 5,91% do total de empregados frente a 302 homens, o que corresponde a 10,62%. O Programa Despertar busca políticas direcionadas de incentivo, capacitação e desenvolvimento do quadro de empregadas para assumir cargos de direção dentro da Instituição, mas mantendo a continuidade das iniciativas de desenvolvimento e qualificação dos empregados, neste caso, que abrangem os homens.

DISTRIBUIÇÃO POR EIXO-TÉCNICO



DISTRIBUIÇÃO POR ESCOLARIDADE



Incentivo a Igualdade

Programa Despertar

Visa, dentre outras ações, criar políticas direcionadas às empregadas do Banco para assumir cargos de direção

O Banco da Amazônia disponibiliza suporte financeiro para empregados interessados em realizar cursos de Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, além de cursos de línguas estrangeiras e Certificações. As ações de desenvolvimento realizadas visam desenvolver os empregados do Banco em área técnica ou comportamental definidas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas, proporcionando crescimento pessoal contínuo e permanente.

O Banco da Amazônia possui o Portal Educacional, disponível na modalidade à distância. O Portal Educacional contém conteúdos interativos, hipermídias e links para acesso a conteúdos externos e à biblioteca do Banco. Além de facilitar a emissão de certificados de cursos internos e acesso ao currículo pelo próprio empregado.

Comentário do Desempenho**QUALIDADE DE VIDA**

O Banco realiza várias ações de Endomarketing e disponibiliza Programas de Prevenção a Saúde com o objetivo de valorizar, reconhecer e prevenir a saúde dos empregados, como Programa Corredores em Ação, Programa Ver O Peso; Programa de Reconhecimento e Valorização (PRV); Programa de Ginástica Laboral; Cuidando de sua Saúde; Valorização da Diversidade; Programa de Voluntariado, Programa Revelando Talentos dentre outros.

PROGRAMA DESPERTAR

O Banco entende que promover a diversidade cultural dentro das empresas é importante para o enriquecimento da cultura organizacional. O Banco lançou o Programa "Despertar", com objetivo principal transformar o Banco em uma empresa inclusiva em cinco anos, tendo como premissas a valorização a diversidade, respeito as diferenças, motivação e engajamento do quadro funcional para o crescimento profissional.

COMBATE A COVID-19

O Banco da Amazônia vem adotando o modelo de teletrabalho (Home Office) para garantir a continuidade dos serviços e preservar a saúde dos empregados, pois diante do avanço da pandemia COVID-19, uma das estratégias foi adequar os modelos de gestão e de trabalho de algumas atividades, inclusive relacionadas ao negócio.

No entanto, com o avanço da vacinação e a redução dos casos de COVID-19 nos Estados que o Banco possui unidades, possibilitou o retorno gradativos dos empregados para as atividades presenciais, que iniciou em setembro de 2021. Por isso, o percentual de empregados em home office é reduzido (11,74%) em relação ao modelo de trabalho presencial (88,26%).

O Banco da Amazônia vem adotando medidas assertivas em relação a pandemia, a fim de preservar a saúde e condições financeiras dos seus empregados e colaboradores, com o objetivo de minimizar os impactos da COVID-19. Nesse sentido o Banco adotou diversas medidas desenvolvidas tais como:

- Entregas mensais de máscaras aos empregados, abrangendo todas as unidades;
- Disponibilização de álcool em gel aos empregados, colaboradores e as unidades;
- Adequação dos ambientes de trabalho e de atendimento ao público, visando a preservação da saúde dos empregados e clientes;
- Informativos impressos com orientações de distanciamento, uso de máscaras e de álcool gel 70°, afixados estrategicamente em diversos locais do edifício sede, como: piso, elevadores, corredores e outros;
- Comunicação semanal de orientação e prevenção a COVID-19;
- Normas de padronização para as ações Institucionais de prevenção e combate a COVID-19;
- Seminários de qualidade de vida com vídeos, comunicações, orientações com profissionais especializados de saúde (médicos, pneumologista, psicólogos fisioterapeutas) abordando temas voltados para prevenção da COVID-19 e pós-covid; e
- Vídeos educativos sobre saúde, prevenção e bem estar durante a pandemia Covid -19.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Desde janeiro de 2020, os planos de previdência complementar dos empregados e aposentados do Banco da Amazônia S/A, passaram a ser administrados por 2 (duas) entidades: Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF e Fundo de Pensão do Banco do Brasil - BB Previdência.

FUNDO DE PENSÃO DO BANCO DO BRASIL – BB PREVIDENCIA

Autorizada pela Portaria nº 651, 653 e 655, respectivamente, de 23 de julho de 2019, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a migração dos planos Misto de Benefício Saldado - Misto Saldado, Plano de Benefício Definido - BD Saldado e Plano de Benefícios Previdenciários do Banco da Amazônia – Prev Amazônia, passou a ser administrado pela BB Previdência, o que ocorreu efetivamente em 01.01.2020, ficando sob a gestão da CAPAF os Planos de Benefício Definido – Plano BD e Plano Misto de Benefício, também chamado AmazonVida.

Atualmente o Banco da Amazônia oferta a todos os seus colaboradores da ativa o acesso ao plano de previdência complementar PrevAmazônia, estruturado na modalidade de contribuição variável, cuja adesão é facultativa. Os demais planos estão fechados para novas adesões.

O plano BD saldado possui 910 participantes, o Plano Misto Saldado, 557 participantes e o PrevAmazônia com 1.531 participantes, totalizando 2.998 participantes.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA - CAPAF

Os planos de benefício de previdência complementar, Benefício Definido-BD, Misto e Assistidos de Responsabilidade do Banco, permanecem sob a administração da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia - CAPAF, que se encontra sob intervenção da PREVIC desde 2011.

A Portaria nº 207 de 06/04/2021, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar prorrogou a intervenção por mais 180 dias, a contar de 06.04.2021.

A CAPAF efetua a gestão de 1.053 participantes sendo 909 do plano BD e 135 participantes do plano Misto, faz ainda gestão dos aposentados de responsabilidade do Banco no quantitativo de 165 pessoas, desses com a coparticipação do Banco no pagamento da folha.

Comentário do Desempenho**AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG**

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

O Banco declara que, no 3º trimestre de 2021, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na Instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto Operacional
Nota 2 - Apresentação das Informações Trimestrais
Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis
Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa
Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários
Nota 7 - Operações de Crédito
Nota 8 - Outros Ativos Financeiros e Outros Ativos
Nota 9 - Imobilizado de Uso e Intangível
Nota 10 - Depósitos, Captações no Mercado Aberto e LCA
Nota 11 - Obrigações por Empréstimos
Nota 12 - Obrigações por Repasses
Nota 13 - Outras Captações
Nota 14 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
Nota 15 - Patrimônio Líquido
Nota 16 - Tributos
Nota 17 - Desdobramento das Contas de Resultado
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 21 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 22 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 23 - Fundos de Investimentos Financeiros
Nota 24 - Partes Relacionadas
Nota 25 - Benefícios a Empregados
Nota 26 - Remuneração Paga aos Empregados
Nota 27 - Gerenciamento de Riscos e Capital
Nota 28 - Outras Informações

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota nº 19).

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009 e advindas das Resoluções CMN nº 4.720/2019, nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020. Fazem também, observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas informações trimestrais do Banco as seguintes normas:

Resolução CMN nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução CMN nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Deliberação CVM nº 557/2008 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
Resolução CMN nº 4.636/2018 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 R1);
Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso (CPC 27);
Resolução CMN nº 4.748/2019 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46);
Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).

A administração declara que as divulgações realizadas nas informações trimestrais do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As informações trimestrais – ITR foram aprovadas pela Administração em 03 de novembro de 2021.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

As informações trimestrais estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das informações trimestrais, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado (valor justo) dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B³ – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são divulgados como circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio e Outros Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As rendas a apropriar de créditos com atraso igual ou superior a sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

No trimestre, não houve constituição de provisão adicional nas operações de crédito do Banco. Os valores evidenciados referem-se tão somente à evolução natural dos saldos constituídos no exercício anterior em decorrência dos efeitos da atual conjuntura econômica resultantes da pandemia da Covid-19.

Risco de Crédito (FNO): as provisões para as garantias financeiras prestadas para com o FNO foram feitas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, de acordo com a Res. Bacen nº 4.512/2016 e Lei nº 10.177/2001. O valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 01.12.1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco em outras obrigações diversas a título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (nota nº 14).

g) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Imobilizado de Uso e Intangível

O investimento e imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas administrativas (notas nºs 9.a e 17.c).

O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida. Esses ativos são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável, e devidamente amortizados. A amortização também é contabilizada em outras despesas administrativas (notas nºs 9.b e 17.c). As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas notas explicativas.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

Uma perda é reconhecida caso haja evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota nº 10).

k) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são ações executadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

O Banco mantém, junto aos seus empregados, benefícios, classificados de acordo com o Pronunciamento CPC nº 33(R1) como de curto prazo e de pós-emprego. O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo valor original, sem, portanto, desconto a valor presente, mediante cálculo iminentemente financeiro ou cálculo atuarial (financeiro e probabilístico, em conjunto), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego de natureza previdenciária correspondem aos benefícios decorrentes de planos fechados de previdência complementar, do tipo “benefício definido” e “contribuição variável”, que contam com o patrocínio do Banco, além do plano de assistência médica, todos estes enquadrados como de “benefício definido” segundo o Pronunciamento CPC nº 33(R1).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo de benefício definido diz respeito à variação no valor líquido de passivo/(ativo) de benefício definido, decorrente do custo do serviço, dos juros líquidos e dos ganhos e perdas atuariais. O custo do serviço corresponde ao custo do serviço corrente, ao custo do serviço passado e a qualquer ganho ou perda na liquidação.

O custo do serviço corrente corresponde ao aumento no valor presente da obrigação decorrente de mais um ano de serviço prestado pelo empregado, enquanto o custo dos juros resulta da aplicação da taxa de desconto sobre o valor presente da obrigação atuarial, ajustado pelas contribuições e pagamentos de benefícios, todos determinados na data das demonstrações contábeis. O custo do serviço passado corresponde à variação no valor presente da obrigação decorrente do serviço prestado pelo empregado em períodos anteriores, resultante de alterações ou reduções no plano.

Os juros líquidos, apropriados durante o período, corresponde à mudança no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo. Os juros líquidos são mensurados multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, pela taxa de desconto, ambos determinados na data das demonstrações contábeis. O valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido deve considerar quaisquer alterações decorrentes de contribuições ou pagamentos de benefícios. Dessa forma, os juros líquidos compreendem o custo dos juros, a receita de juros, os juros sobre ativo recuperável ou os juros sobre a restrição da obrigação (*risk sharing*).

Os juros sobre o efeito do teto de ativo são decorrentes da aplicação da taxa de desconto determinada no início do período das demonstrações contábeis sobre o valor do superávit recuperável, também determinado na data das demonstrações contábeis.

Efeito do Teto de Ativo é o valor que limita o reconhecimento de um superávit em um plano de benefícios, dado que o superávit em um plano de benefício somente pode ser reconhecido quando benefícios econômicos futuros estejam disponíveis em forma de redução de contribuições ou restituição em dinheiro diretamente à patrocinadora ou por meio de redução de déficit de outro plano patrocinado pela Entidade. No momento, o termo utilizado para efeito do teto do ativo é superávit recuperável para os planos de benefícios previdenciários com situação de superávit atuarial.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, sensibilizando o Patrimônio Líquido, em “Outros Resultados Abrangentes”, sensibilizando o Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes das alterações dos valores estimados, que compõem o conjunto de hipóteses e de premissas atuariais levadas em consideração nos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços técnicos de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a remensuração destes cálculos, incluindo, além das variáveis anteriormente mencionadas, a análise de sensibilidade por alteração significativa de valor estimado das premissas mais relevantes, a saber: taxa de juros atuarial e expectativa de sobrevivência da tábua de mortalidade.

- **Auxílio-Saúde**

Trata-se de repasse mensal de verba aos beneficiários do Programa, mediante crédito em folha de pagamento, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, observados os limites estabelecidos e disponibilidade orçamentária em cada ano.

- **Plano de Benefício Definido**

Para este plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar Nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Deliberação CVM Nº 695/2012, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC Nº 26/2008. O cálculo da obrigação de do Banco da Amazônia nos planos de benefício definido é atualizado trimestralmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

- **Plano Misto de Benefício**

Está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Para este plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar Nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Deliberação CVM Nº 695/2012, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC Nº 26/2008.

As remensurações da obrigação líquida dos planos incluem: os ganhos e perdas atuariais, a diferença do retorno

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

- **Aposentados de responsabilidade do Banco**

O Plano de Benefícios Previdenciais de Assistidos do Banco está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). Criado antes mesmo da vigência da Lei nº 6.435/1977, neste plano os benefícios têm valor ou nível previamente estabelecidos. Estando fechado a adesões, não pode mais ocorrer o ingresso de empregado ou de ex-empregado, sendo o universo composto exclusivamente por assistidos do Banco.

O custeio dos planos é determinado atuarialmente, de forma a assegurar a concessão e a manutenção dos benefícios, de responsabilidade direta do Banco e dos próprios Assistidos.

- **Prev Amazônia**

Trata-se de um Plano de Contribuição Variável (CV) que assegura aos seus participantes, por acumulação de contribuições recolhidas e devidamente capitalizadas, um montante em dinheiro que, no momento da entrada da aposentadoria, se transformará em benefício.

O detalhamento dos benefícios a empregados está apresentado na nota nº 25.

l) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 16):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de set/2015 a dez/2018 ¹	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – até fev/2020	15%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de mar/2020 ²	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de jul/2021 a dez/2021 ³	25%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Período vigente de acordo com a Lei nº 13.163/2015 que trata da alíquota de 20% da CSLL.

(2) Alteração da alíquota em função da Emenda Constitucional 103/2019, artigo 32 e inciso I do artigo 36.

(3) Alteração de alíquota em função da Lei nº 14.183, de 14/07/2021.

A MP nº 1.034, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL do setor financeiro, de 20 para 25%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021. Embora tenha sido reconhecida, a aplicação da majoração prevista na Lei não gerou impactos significativos nas Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2021, uma vez que o período de vigência da nova alíquota é curto. Pelo mesmo motivo, a avaliação do Banco é de que também não são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do quarto trimestre de 2021.

m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e Passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Deliberação CVM nº 594/2009 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os Ativos Contingentes representam direitos com realização incerta e, por este motivo, não são reconhecidos nas informações trimestrais do Banco da Amazônia. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em notas explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas informações trimestrais quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Considera-se o histórico de desembolso de caixa para

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

processos semelhantes. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.

- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas informações trimestrais, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

Obrigações legais decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas informações trimestrais (nota nº 14).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.a).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros Ativos e Passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das informações trimestrais. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

o) Demonstração do Valor Adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das informações trimestrais.

p) Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às informações trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações trimestrais;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações trimestrais.

Não houve evento subsequente relevante para as informações trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2021.

q) Uso de Estimativas

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas e as aplica de forma prospectiva.

Ativos e passivos sujeitos as incertezas relacionadas a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 6 – avaliação de perda permanente de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento;

Nota explicativa nº 7 – critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota explicativa nº 14 – reconhecimento na mensuração de provisão para contingências;

Nota explicativa nº 16 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota explicativa nº 14 e nº 25 – reconhecimento na mensuração de provisão para benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas aplicadas na base de 30 de setembro de 2021 e que possuem risco de gerar ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas notas explicativas.

r) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

s) Resultado recorrente e não recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na nota 28.c.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30.09.2021	31.12.2020
Caixa	84.615	73.593
Disponibilidade em Moeda Nacional	54.850	63.883
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	29.765	9.710
Aplicações no Mercado Aberto^(*)	620.000	429.977
Posição Bancada	620.000	429.977
Letras Financeiras do Tesouro	429.999	209.990
Letras do Tesouro Nacional	190.001	149.986
Notas do Tesouro Nacional	-	70.001
Total	704.615	503.570

(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30.09.2021	31.12.2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	270.108	155.901
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	270.108	155.901
Provisão p/ Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(17.459)	(20.829)
Total	252.649	135.072
 Circulante	 161.168	 49.565
Não Circulante	91.481	85.507

A provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$17.459 (R\$20.829 em 31.12.2020), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no período de 01.01 a 30.09.2021, R\$16.830 (R\$41.835 no período de 01.01 a 30.09.2020) e estão registradas como rendas de TVM. Houve queda na comparação dos períodos derivada da redução da Taxa Selic ocorrida no 1º semestre/2021.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.09.2021	31.12.2020
Carteira Própria – Livres	10.734.083	11.781.962
Títulos Públicos	7.866.860	9.175.911
Letras Financeiras do Tesouro	7.407.821	8.735.168
Notas do Tesouro Nacional	410.674	340.354
Certificados Financeiros do Tesouro	48.365	100.389
Títulos Privados	2.867.223	2.606.051
Debêntures	901.256	725.655
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	39.781	88.995
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	39.766	38.062
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	38.261	36.878
Letras Financeiras	1.848.159	1.716.461
Vinculados a Operações Compromissadas	250.174	252.073
Títulos Públicos	250.174	252.073
Letras Financeiras do Tesouro	250.174	252.073
Vinculados a Prestação de Garantias	652.746	767.225
Títulos Públicos	652.746	767.225
Letras Financeiras do Tesouro	43.794	42.726
Notas do Tesouro Nacional	608.952	724.499
Total	11.637.003	12.801.260
 Circulante	 2.828.704	 1.133.994
Não Circulante	8.808.299	11.667.266

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 75,4% do total da carteira (79,6% em 31.12.2020).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$41.688 (R\$40.718 em 31.12.2020) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), R\$2.106 (R\$2.008 em 31.12.2020) em garantia de processos judiciais e R\$608.952 (R\$724.499 em 31.12.2020) em garantias com operações BB Previdência.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Quanto ao Vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para Negociação⁽¹⁾	-	-	231.095	124.094	-	-	-	355.189
Títulos Públicos	-	-	231.095	124.094	-	-	-	355.189
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	231.095	124.094	-	-	-	355.189
2-Títulos Disponíveis p/ Venda	78.027	63.537	2.283.586	5.316.549	2.352.232	848.798	289.657	11.232.386
Títulos Públicos	-	-	1.470.103	3.729.850	2.074.960	800.593	289.657	8.365.163
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.470.103	3.729.850	2.074.960	71.687	-	7.346.600
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	728.906	289.657	1.018.563
Títulos Privados	78.027	63.537	813.483	1.586.699	277.272	48.205	-	2.867.223
Debêntures	-	-	52.913	596.662	251.681	-	-	901.256
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC	-	-	-	660	25.591	13.530	-	39.781
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	39.766	-	-	-	-	-	-	39.766
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	38.261	-	-	-	-	-	-	38.261
Outros Títulos Privados - LF/DPGE	-	63.537	760.570	989.377	-	34.675	-	1.848.159
3-Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	48.365	509	13	541	-	49.428
Títulos Públicos	-	-	48.365	509	13	541	-	49.428
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	509	13	541	-	1.063
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	48.365	-	-	-	-	48.365
Total 30.09.2021	78.027	63.537	2.563.046	5.441.152	2.352.245	849.339	289.657	11.637.003
Total 31.12.2020	74.940	154.645	558.383	7.507.880	2.591.848	1.595.502	318.062	12.801.260

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001.

a.2) Quanto aos Ajustes

	30.09.2021			31.12.2020		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para Negociação	355.316	355.189	(127)	346.526	346.025	(501)
Letras Financeiras do Tesouro	355.316	355.189	(127)	346.526	346.025	(501)
Disponíveis para Venda	11.360.902	11.193.460	(167.442)	12.332.408	12.313.663	(18.745)
Letras Financeiras do Tesouro	7.365.654	7.346.600	(19.054)	8.710.519	8.683.942	(26.577)
Notas do Tesouro Nacional	1.118.567	979.560	(139.007)	989.552	1.023.593	34.041
Debêntures	902.607	901.256	(1.351)	744.359	725.655	(18.704)
Cotas Fundos Invest. - FIDC	39.858	39.858	-	89.072	89.072	-
Cotas Fundos Invest. - R. Fixa	39.766	39.766	-	38.062	38.062	-
Cotas Fundos Invest. - FI REF	38.261	38.261	-	36.878	36.878	-
Outros Títulos Privados - LF/DPGE	1.856.189	1.848.159	(8.030)	1.723.966	1.716.461	(7.505)
Mantidos até o Vencimento	49.428	49.339	(89)	101.410	102.748	1.338
Notas do Tesouro Nacional	1.063	953	(110)	1.021	989	(32)
Certificados Fin. do Tesouro	48.365	48.386	21	100.389	101.759	1.370

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.3) Marcação a Mercado (Títulos disponíveis para Venda)

Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	30.09.2021	31.12.2020
Desvalorização	(742.381)	(581.284)
Valorização	574.939	562.539
Total	(167.442)	(18.745)

a.4) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.363	6.685	16.830	41.835
Ganhos/Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	3.370	11.445
Títulos de Renda Fixa	179.424	91.012	413.138	332.201
Lucros com Títulos de Renda Fixa	20	968	347	147.914
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	(218)	(81)	(447)	(1.313)
Reversão de Provisão Desv. Títulos de Renda Fixa	-	-	-	19
Aplicação Fundos de Investimentos	888	889	2.047	1.939
TVM - Ajuste Positivo ao Valor de Mercado	295	-	643	17
TVM - Ajuste Negativo ao Valor de Mercado	-	(850)	(269)	(152.423)
Total	187.772	98.623	435.659	381.634

7. Operações de Crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	30.09.2021			31.12.2020		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de Crédito						
Em prêmios	2.363.933	137.274	2.501.207	1.911.890	81.736	1.993.626
Direitos Cred. Descontados	6.856	5.449	12.305	5.572	698	6.270
Financiamentos	2.097.391	36.733	2.134.124	1.276.506	14.380	1.290.886
Financiamentos Rurais	4.618.746	52.900	4.671.646	1.668.447	73.023	1.741.470
Subtotal	9.086.926	232.356	9.319.282	4.862.415	169.837	5.032.252
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito						
Diversos	-	153	153	208	-	208
Subtotal	9.086.926	232.509	9.319.435	4.862.623	169.837	5.032.460
Adiant. s/ Contrato Câmbio	54.818	563	55.381	47.294	1.023	48.317
Total da Carteira	9.141.744	233.072	9.374.816	4.909.917	170.860	5.080.777
(Provisões)						
(Operações de Crédito)	(207.971)	(126.750)	(334.721)	(188.163)	(97.451)	(285.614)
(Outros Créditos)	-	(5)	(5)	-	(63)	(63)
(Câmbio)	(7.308)	(243)	(7.551)	(7.394)	(1.023)	(8.417)
Total das Provisões	(215.279)	(126.998)	(342.277)	(195.557)	(98.537)	(294.094)
Total Líquido	8.926.465	106.074	9.032.539	4.714.360	72.323	4.786.683
Circulante			4.364.752			1.994.792
Não Circulante			4.667.787			2.791.891

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	30.09.2021	31.12.2020
Setor Privado	9.374.816	5.080.777
Rural	4.672.988	1.743.493
Indústria	1.422.994	985.048
Comércio	1.599.424	1.243.853
Pessoas Físicas	761.048	642.871
Serviços	918.351	462.317
Intermediários Financeiros	11	3.195
Total da Carteira	9.374.816	5.080.777

b) Concentração dos Principais Devedores:

	30.09.2021	% Carteira	31.12.2020	% Carteira
Maior devedor	291.167	3,1	275.714	5,4
10 maiores devedores	1.376.701	14,7	945.932	18,6
50 maiores devedores	1.900.148	20,3	1.038.197	20,4
100 maiores devedores	594.381	6,3	392.118	7,8
Demais devedores	5.212.419	55,6	2.428.816	47,8
Total	9.374.816	100,0	5.080.777	100,0

Estes créditos apresentam o perfil a seguir, classificados de acordo com a faixa de vencimento das operações:

c) Operações a Vencer

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
AA	37.496	38.305	49.833	116.653	407.788	1.187.226	1.837.301
A	80.407	104.237	92.139	250.893	1.667.380	2.030.478	4.225.534
B	47.181	17.250	59.894	103.457	328.506	848.488	1.404.776
C	22.835	21.798	34.503	62.689	176.312	896.613	1.214.750
D	5.094	14.600	9.409	10.601	29.227	83.130	152.061
E	3.117	3.026	6.397	7.730	34.334	181.418	236.022
F	162	3.394	127	8.317	3.567	1.212	16.779
G	1.493	919	924	2.637	2.602	12.547	21.122
H	960	4.711	344	1.004	3.639	22.741	33.399
Total 30.09.2021	198.745	208.240	253.570	563.981	2.653.355	5.263.853	9.141.744
Total 31.12.2020	103.452	113.174	163.663	527.217	1.116.286	2.886.125	4.909.917

d) Operações Vencidas

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Saldo a vencer	Total da carteira
B	2.994	840	-	-	-	-	17.592	21.426
C	2.837	2.630	1.468	7.076	-	-	9.859	23.870
D	1.590	1.453	10.428	1.690	-	-	10.822	25.983
E	5.381	4.108	1.328	20.463	2.289	-	14.478	48.047
F	529	1.388	490	1.920	633	-	1.012	5.972
G	804	833	849	2.868	365	-	647	6.366
H	9.341	1.893	5.766	19.039	28.177	1.018	36.174	101.408
Total 30.09.2021	23.476	13.145	20.329	53.056	31.464	1.018	90.584	233.072
Total 31.12.2020	27.788	18.926	12.986	20.959	48.274	41.927	-	170.860

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Composição das Operações de Crédito e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.09.2021				31.12.2020			
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Total	Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Total
AA	-	1.837.301	-	-	-	984.863	-	-	-
A	0,5%	4.225.534	(21.128)	-	(21.128)	1.854.747	(9.274)	-	(9.274)
B	1%	1.426.202	(14.262)	-	(14.262)	1.185.091	(11.851)	-	(11.851)
C	3%	1.238.620	(37.159)	-	(37.159)	499.235	(14.540)	(437)	(14.977)
D	10%	178.044	(17.804)	(908)	(18.712)	139.195	(12.987)	(1.714)	(14.701)
E	30%	284.069	(85.221)	(343)	(85.564)	213.749	(60.818)	(3.658)	(64.476)
F	50%	22.751	(11.375)	(28)	(11.403)	24.638	(12.125)	(218)	(12.343)
G	70%	27.488	(19.242)	-	(19.242)	42.625	(25.991)	(3.847)	(29.838)
H	100%	134.807	(134.807)	-	(134.807)	136.634	(121.536)	(15.098)	(136.634)
Total		9.374.816	(340.998)	(1.279)	(342.277)	5.080.777	(269.122)	(24.972)	(294.094)

⁽¹⁾ Refere-se à provisão adicional, constituída no exercício de 2020 por agravamentos de nível de risco e aplicação de percentuais excedentes aos requerimentos mínimos, a partir de avaliações internas, com base na Resolução CMN nº 2.682/1999. Os saldos são reflexos das movimentações da carteira como amortizações, liquidações e baixas para prejuízo.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	30.09.2021	30.09.2020
Saldo no Início do Período	(294.094)	(396.819)
Provisões Constituídas	(134.472)	(95.279)
Valores Baixados para Prejuízo	86.076	65.729
Reversões	213	399
Saldo no Final do Período	(342.277)	(425.970)

g) Receitas de Operações de Crédito

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Empréstimos	55.936	42.107	145.230	120.357
Direitos Creditórios Descontados	766	903	1.984	2.968
Financiamentos	67.706	32.192	145.664	109.006
Financiamentos Rurais	52.946	22.169	120.835	65.355
Financiamentos Agroindustriais	25	14	76	14
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	25.512	5.856	53.440	27.156
Rendas de Repasses Interfinanceiros	141	6	511	6
Total	203.032	103.247	467.740	324.862

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Renegociadas (*)	38.226	308.394	148.360	909.963
Carteira Comercial	1.304	12.306	4.258	323.233
Carteira de Fomento	36.922	296.088	144.102	586.730
Recuperadas	25.512	5.856	53.440	27.156
Carteira Comercial	4.459	3.467	16.786	12.455
Carteira de Fomento	21.035	2.389	36.636	14.394
Câmbio	18	-	18	-
Outros - FNO	-	-	-	307

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

As renegociações no 3º trimestre de 2021, comparativamente ao mesmo período anterior, manteve o comportamento observado para o acumulado do exercício de 2021, com desempenho menor em volume financeiro e quantidade de contratos renegociados, em razão de que no ano de 2020, as medidas legais, notadamente as Resoluções Bacen nº 4.798/2020 e nº 4.782/2020, e administrativas alcançaram um estoque mais significativo de operações elegíveis à renegociação. Neste exercício, as renegociações ocorreram basicamente amparadas pelas Circulares Internas 2021/001 (Renegociação Padronizada COVID 19 – Não Rural) e 2021/018 (Operações do Pronampe), portanto voltadas a um público mais restrito.

8. Outros Ativos Financeiros e Outros Ativos

	30.09.2021	31.12.2020
Outros Ativos Financeiros	757.011	695.485
Relações Interfinanceiras e Interdependências	620.849	543.523
Rendas a Receber	55.305	81.497
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.a)	46.443	44.852
Pagamentos a Ressarcir	33.445	23.621
Títulos e Créditos a Receber	969	1.992
Com Característica de Concessão de Crédito	-	1.023
Sem Característica de Concessão de Crédito	969	969
Outros Ativos	31.295	29.758
Devedores para Apuração de Responsabilidades	25.051	23.099
(-) Provisão para Apuração de Responsabilidades	(25.051)	(23.099)
Demais Ativos	31.295	29.758
Total	788.306	725.243
Circulante	774.834	725.243
Não Circulante	13.472	-

O saldo de Devedores para Apuração de Responsabilidades, no valor de R\$25.051 (R\$23.099 em 31.12.2020), corresponde ao registro de eventos classificados como risco operacional. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado de Uso e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	30.09.2021	31.12.2020
Imóveis de Uso	110.446	111.043
Terrenos	15.446	15.576
Edificações	95.000	95.467
Outras Imobilizações de Uso	240.469	243.189
Móveis e Equipamentos em Estoque	595	595
Imobilizações em Curso	10.085	22.902
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	70.641	70.008
Instalações	10.194	9.954
Móveis e equipamentos de uso	60.447	60.054
Outras	159.148	149.684
Sistema de Comunicação	2.999	3.030
Sistema de Processamento de Dados	144.179	134.142
Sistema de Segurança	11.970	12.032
Sistema de Transporte	-	480
Subtotal	350.915	354.232
(-) Depreciações Acumuladas	(223.911)	(208.899)
Total	127.004	145.333

b) Intangível

	30.09.2021	31.12.2020
Softwares Desenvolvidos	338.072	326.598
(-) Amortização Acumulada	(224.967)	(202.846)
Total	113.105	123.752

A movimentação do Imobilizado de Uso e Intangível no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2020	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.09.2021
Imobilizado de Uso	145.333	1.007	(399)	(18.937)	127.004
Intangível	123.752	11.474	-	(22.121)	113.105
Total	269.085	12.481	(399)	(41.058)	240.109

	Saldos em 31.12.2019	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.09.2020
Imobilizado de uso	150.257	16.404	(97)	(18.313)	148.251
Intangível	129.623	19.069	(4.083)	(23.239)	121.370
Total	279.880	35.473	(4.180)	(41.552)	269.621

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.09.2021	31.12.2020
Limite para Imobilização	1.719.025	1.450.827
(-) Situação	(127.144)	(145.474)
Margem	1.591.881	1.305.353
Índice de Imobilização	4,0%	5,0%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10. Depósitos, Captações no Mercado Aberto e LCA**a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:**

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.09.2021	Total em 31.12.2020
À Vista ⁽¹⁾	2.421.175	-	-	2.421.175	2.101.873
Poupança	814.270	-	-	814.270	766.226
Interfinanceiros	89.870	7.526	-	97.396	7.505
A Prazo	1.832.195	791.023	670.216	3.293.434	2.954.014
Aprazo	192.623	791.023	670.216	1.653.862	1.551.955
Judiciais com Remuneração	61.388	-	-	61.388	83.366
Especiais com Remuneração	1.578.184	-	-	1.578.184	1.318.693
Sudam ⁽²⁾	974.744	-	-	974.744	780.922
Finam	584.820	-	-	584.820	522.636
FAT (nota nº 21)	-	-	-	-	275
Outros	18.620	-	-	18.620	14.860
Total	5.157.510	798.549	670.216	6.626.275	5.829.618
Circulante				5.956.059	5.313.553
Não Circulante				670.216	516.065

(1) Classificados no prazo de até 3 meses, sem considerar a média histórica do giro;

(2) Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) Quanto às Captações no Mercado Aberto e LCA

As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, registrou o volume de R\$249.981 em 30 de setembro de 2021 (R\$251.713 em 31.12.2020), foram negociadas ao longo do período, a uma taxa média anualizada de 4,9% (3,0% em 31.12.2020) e estavam lastreadas por títulos do governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

As obrigações por emissão de Letras de Crédito do Agronegócio totalizaram R\$253.546 em 30 de setembro de 2021 (R\$213.703 em 31.12.2020).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Despesas de Captações no Mercado:

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Despesas de Captações c/ Depósitos	(47.808)	(19.783)	(99.859)	(81.745)
A Prazo	(17.254)	(6.138)	(34.933)	(26.600)
Poupança	(6.847)	(3.700)	(15.329)	(13.301)
Especiais	(18.288)	(6.377)	(36.261)	(29.849)
Interfinanceiros	(460)	(211)	(765)	(1.112)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(2.459)	(892)	(4.752)	(4.114)
Judiciais	(1.047)	(1.209)	(3.560)	(3.546)
Fundo Garantidor de Créditos	(1.453)	(1.256)	(4.259)	(3.223)
Desp. de Captações Mercado aberto	(2.307)	(104)	(5.248)	(1.458)
Carteira Própria	(2.307)	(104)	(5.248)	(1.458)
Total	(50.115)	(19.887)	(105.107)	(83.203)

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

11. Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de setembro de 2021 é de R\$81.713, com vencimento no curto prazo (R\$54.454 em 31.12.2020, sendo R\$18.170 com vencimento no curto prazo e R\$36.284 no longo prazo). Referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 2,0% a.a. (2,9% a.a. em 31.12.2020) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por Repasses

a) Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	30.09.2021			31.12.2020		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	6,0	22.264	5,2	6,9	25.195
BNDES Industrial	3,1	18,6	254.529	3,2	18,8	261.213
BNDES Rural	4,0	5,1	258.406	4,1	5,6	253.857
BNDES Comércio	4,4	6,5	66.225	4,5	6,9	83.817
BNDES Serviços	6,9	2,2	7.850	6,9	3,2	9.307
Finep	1,5	6,0	243	1,5	7,0	338
Finame Industrial	2,7	2,6	10.863	2,6	3,4	15.003
Finame Rural	4,3	3,7	36.556	4,1	4,5	46.599
Finame Comércio	5,2	2,8	2.123	4,4	3,9	6.991
Finame Serviços	1,3	2,3	6.248	1,3	3,2	8.554
STN OGU	0,5	1,0	25.745	0,5	1,4	25.880
Total			691.052			736.754
Circulante			98.240			107.807
Não circulante			592.812			628.947

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota nº 28.a.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	391	658	987	1.860	7.347	7.347	3.674	22.264
BNDES Industrial	258	5.957	243	13.434	34.555	32.272	167.810	254.529
BNDES Rural	-	5.153	-	5.086	135.983	95.902	16.282	258.406
BNDES Comércio	1.677	3.161	1.504	10.192	20.708	11.253	17.730	66.225
BNDES Serviços	311	585	292	2.334	4.223	97	8	7.850
Finep	11	21	32	63	116	-	-	243
Finame Industrial	515	1.665	1.317	2.501	4.555	310	-	10.863
Finame Rural	913	4.242	11	3.283	-	-	28.107	36.556
Finame Comércio	78	159	227	385	1.274	-	-	2.123
Finame Serviços	108	708	812	1.441	3.161	18	-	6.248
STN OGU	25.489	169	5	2	77	3	-	25.745
Total 30.09.2021	29.751	22.478	5.430	40.581	211.999	147.202	233.611	691.052
Total 31.12.2020	29.348	18.665	6.433	53.361	221.490	151.641	255.816	736.754

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$25.745 (R\$25.880 em 31.12.2020).

Neste período e no 3º trimestre de 2020 não houve repasse efetuado pelo Tesouro Nacional. Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior.

No período, assim como no 3º trimestre de 2020, não ocorreram recolhimentos ao Tesouro Nacional. Quanto à taxa de administração, não houve registro neste 3º trimestre 2021, relacionados aos recursos do OGU (R\$1.201 no 3º trim/2020).

b) Despesas de Obrigações para Empréstimos e Repasses

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Despesas de Obrigações p/Empréstimos e Repasses	(30.601)	(21.566)	(70.252)	(88.851)
Tesouro Nacional (*)	(12.386)	(5.226)	(25.122)	(23.549)
BNDES	(12.734)	(7.402)	(37.592)	(24.198)
Finame	(612)	(726)	(1.995)	(2.408)
Finep	(1)	(2)	(4)	(6)
Com Banqueiros no Exterior	(4.868)	(8.210)	(5.539)	(38.690)
Despesas de Obrigações p/Fundos Financeiros e Desenvolvimento	(121.114)	(56.345)	(253.201)	(242.689)
Total	(151.715)	(77.911)	(323.453)	(331.540)

(*) Inclui, basicamente, a despesa com a remuneração relativa ao IECF, conforme citado na nota nº 13.d.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outras Captações

O grupo Outras Captações está composto pelos valores demonstrados abaixo:

a) Sociais e Estatutárias

	30.09.2021	31.12.2020
Remuneração do Capital a Pagar	593	114
Provisão para Participação nos Lucros	6.478	23.733
Juros sobre Capital Próprio - JCP	-	76.479
Total	7.071	100.326
Circulante	7.071	100.326
Não circulante	-	-

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	30.09.2021	31.12.2020
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 20)	8.129.309	5.821.928
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 22)	99.960	225.343
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	79.782	88.413
Outros	78	78
Total	8.309.129	6.135.762
Circulante	8.224.347	5.924.168
Não circulante	84.782	211.594

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa Selic, conforme definições da MP nº 1.052/2021 (nota nº 20), não apresentando vencimento.

c) Outros Passivos Financeiros

	30.09.2021	31.12.2020
Cheques Administrativos	-	1.007
Contrato de Assunção de Obrigações	2	2
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	32.703	56.955
Obrigações por Convênios Oficiais	27	27
Obrigações por Prestação de Serviços	145	9
Parcelas de Operações de Crédito - Securitização	595	534
Levantamento de Depósitos Recursais (nota nº 14.a)	15.991	15.134
Demais	36.530	38.407
Total	85.993	112.075
Circulante	85.993	112.075
Não circulante	-	-

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (IECP)

No dia 9 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999, monetizado o montante de R\$982.120, atendendo às exigências do art. 16 da Resolução CMN nº 4.192/2013.

De acordo com o contrato, os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

Em 30 de setembro de 2021, o saldo devedor do contrato é de R\$1.024.996 (R\$1.027.676 em 31.12.2020). O valor registrado no Passivo Circulante corresponde à provisão para pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e, no Passivo não Circulante, corresponde ao principal.

A remuneração foi calculada com base na variação da taxa Selic, atendendo, assim, o que foi pactuado no Contrato de Mútuo (Cláusula 3ª, inciso I) assinado com o Tesouro Nacional.

	Valor emitido	Remuneração	Data da Captação	30.09.2021	31.12.2020
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	Rentabilidade s/PL	09.12.2014	1.024.996	1.027.676
Total				1.024.996	1.027.676
Circulante				24.997	27.677
Não circulante				999.999	999.999

e) Demais Instrumentos Financeiros

	30.09.2021	31.12.2020
Relações Interfinanceiras e Interdependências	35.411	9.033
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	30.040	1.568
Carteira de Câmbio	1	54
Total	65.452	10.655
Circulante	65.452	10.655
Não circulante	-	-

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As Provisões estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.09.2021	31.12.2020
Provisão para Pagamentos a Efetuar	114.590	102.288
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.586.133	1.654.984
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.564.123	1.632.896
FDA (nota nº 19)	21.456	21.598
Cessão de Crédito – Lei nº 9.138/1995 ⁽¹⁾	549	485
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Provisão para Passivos Atuariais ⁽²⁾	1.170.692	1.237.350
Fundo de Pensão de Benefício Definido	834.542	867.690
BD Liquidado (nota nº 25)	731.147	746.813
Misto Liquidado (nota nº 25)	33.581	32.084
Assistidos (nota nº 25)	69.814	88.793
Outros	336.150	369.660
Auxílio Saúde (nota nº 25)	336.150	369.660
Provisão para Demandas Judiciais ⁽³⁾ (nota nº 14.f)	170.068	198.699
Ações Trabalhistas (Indenizações)	97.023	119.126
Ações Cíveis	59.796	58.574
Ações Fiscais	941	7.934
Ações Trabalhistas (Capaf)	12.308	13.065
Provisão para Planos Saldados (notas nº 14.f e 25.b)	591.608	613.575
Plano BD	501.238	515.150
Plano Misto	90.370	98.425
Provisões Diversas (nota nº 14.f)	349	349
Desvalorização de Bens	349	349
Total	3.633.440	3.807.245
Circulante	780.990	768.454
Não circulante	2.852.450	3.038.791

⁽¹⁾ Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo destas operações encontra-se registrado na conta “Coobrigações em Cessões de Crédito”, do grupamento de compensação. Em 30 de setembro de 2021, o montante corresponde a R\$7.811 (R\$7.132 em 31.12.2020).

⁽²⁾ Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

⁽³⁾ A movimentação das provisões para demandas judiciais e provisões diversas está especificada na nota nº 14.f.

Provisão para garantias financeiras prestadas

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	SalDOS em 31.12.2020	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	SalDOS em 30.09.2021
Risco FNO Rural (nota nº 20)	610.017	49.886	(69.137)	590.766
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	1.022.879	30.731	(80.253)	973.357
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	485	64	-	549
FDA (nota nº 19)	21.598	820	(962)	21.456
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	1.654.984	81.501	(150.352)	1.586.133

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldos em 31.12.2019	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Saldos em 30.09.2020
Risco FNO Rural (nota nº 20)	606.763	103.240	(74.488)	635.515
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	905.434	92.426	(101.399)	896.461
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	686	10	(36)	660
FDA (nota nº 19)	22.205	3.678	(3.838)	22.045
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	1.535.093	199.354	(179.761)	1.554.686

Provisão para demandas judiciais

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia S.A. possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas, conforme a seguir:

a) Levantamento de Depósitos Recursais

Em 30 de setembro de 2021, os levantamentos de depósitos recursais alcançaram o montante de R\$15.991 (R\$15.134 em 31.12.2020) e estão registrados em "Outros Passivos Financeiros" (nota nº 13.c).

Encontram-se registrados na rubrica "Outros Ativos Financeiros" os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão de R\$15.592 (R\$15.353 em 31.12.2020), relativa aos depósitos recursais baixados em outras Instituições Financeiras.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	30.09.2021	31.12.2020
Demandas Trabalhistas	60.916	59.086
(-) Provisão p/Devedores Depósitos Recursais	(15.592)	(15.353)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	771	771
Total (nota nº 8)	46.443	44.852

b) Ações Trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas, na grande maioria, por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria, ex-empregados de empresas terceirizadas. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação, responsabilidade subsidiária e outros.

c) Ações Fiscais

A despeito de seu perfil conservador, o Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais que podem, eventualmente, gerar autuações: composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL – dedutibilidades, discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

d) Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores por revisão contratual, entre outras. As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$8.577 em 30 de setembro de 2021 (R\$9.020 em 31.12.2020).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Outras Contingências - Capaf

Nos valores registrados em outras contingências-Capaf constam provisões para cobrir ações movidas por participantes da Capaf, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

f) Provisões de Contingências Passivas

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica. Os valores são atualizados através da perda média ou da apuração individual, conforme melhor estimativa para o processo, não havendo aumento no valor descontado da provisão a valor presente.

As ações são classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações.

A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. Não há previsão de qualquer reembolso esperado para as classes de provisão.

O Banco preconiza a mensuração e divulgação tanto da provisão quanto do passivo contingente, em conformidade com normas e regulamentações internas e externas.

A movimentação das provisões para demandas judiciais, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões para Demandas Judiciais - Prováveis	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (Capaf)	Planos Saldados	Diversas - Desv. Bens	Total
Saldo no Início do Período	119.126	58.574	7.934	13.065	613.575	349	812.623
Adições	35.119	17.119	613	1.864	-	-	54.715
Atualização Monetária	-	-	-	-	61.450	-	61.450
Baixa por Pagamento	(32.306)	(9.120)	(1.840)	(1.703)	(83.417)	-	(128.386)
Reversão da Provisão	(24.916)	(6.777)	(5.766)	(918)	-	-	(38.377)
Saldo no Final do Período (nota nº 14)	97.023	59.796	941	12.308	591.608	349	762.025

Cronograma Esperado de Desembolsos

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (Capaf)	Planos Saldados	Diversas - Desv. bens
Até 5 anos	9.161	9.067	544	92	445.063	349
De 5 anos a 10 anos	73.221	34.910	340	5.192	111.170	-
Acima de 10 anos	14.641	15.819	57	7.024	35.375	-
Total	97.023	59.796	941	12.308	591.608	349

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e não requerem provisão.

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Demandas Judiciais - Possíveis	30.09.2021	31.12.2020
Causas Fiscais	16.837	16.796
Causas Trabalhistas	20.099	14.910
Causas Cíveis ⁽¹⁾	174.501	176.354
Causas Capaf	356	329
Total	211.793	208.389

⁽¹⁾ Composto por processos classificados como Revisional R\$64.714 (R\$70.251 em 31.12.2020), Danos Morais e Materiais R\$51.492 (R\$50.630 em 31.12.2020), a Inexistência de Débito R\$ 15.076 (R\$15.335 em 31.12.2020), Debêntures do Finam R\$8.698 (R\$8.698 em 31.12.2020).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

em 31.12.2020), Honorários Advocatícios R\$8.309 (R\$6.767 em 31.12.2020), Improbidade Administrativa R\$2.206 (R\$2.206 em 31.12.2020), Exclusão de Restritivos R\$10.612 (R\$9.056 em 31.12.2020), Cotas do Finam R\$4.717 (R\$4.717 em 31.12.2020), Substituição de Garantias R\$3.856 (R\$3.856 em 31.12.2020), Anulação de Contrato R\$3.782 (R\$3.782 em 31.12.2020), Criminal R\$702 (R\$702 em 31.12.2020), Fundos Banco Santos R\$315 (R\$332 em 31.12.2020), Tributário R\$22 (R\$22 em 31.12.2020).

15. Patrimônio Líquido

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	30.09.2021	31.12.2020
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	2.857.608	2.416.797
Valor Patrimonial por Ação (R\$) ⁽¹⁾	96,39	81,52
Valor de Mercado por Ação (R\$) ⁽²⁾	38,12	42,20

⁽¹⁾ Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.

⁽²⁾ Cotação de fechamento do mês, conforme B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital Social

Em 30 de setembro de 2021, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2020) está representado por 29.645.967 ações ordinárias nominativas (29.645.967 de ações ordinárias nominativas em 31.12.2020), escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de Ações	30.09.2021	31.12.2020
Domiciliados no País	29.645.699	29.645.499
Domiciliados no Exterior	268	468
Total	29.645.967	29.645.967

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.398.636	95,8	28.398.636	95,8
Administração Direta – Ministério da Economia	15.117.522	51,0	15.117.522	51,0
Administração Indireta	13.281.114	44,8	13.281.114	44,8
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de Investimento Multimercado	10.427.301	35,2	10.427.301	35,2
BB FGO - Fundo Investimento em Ações	2.853.813	9,6	2.853.813	9,6
Em Circulação	1.247.331	4,2	1.247.331	4,2
Total	29.645.967	100,0	29.645.967	100,0

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$18.647 (R\$19.259 em 31.12.2020) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$612, decorrentes de depreciação (R\$1.672 em 31.12.2020, sendo R\$733 decorrentes de depreciação e R\$939 por majoração de alíquota). Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de Capital e de Lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

Notas Explicativas

**Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	30.09.2021	31.12.2020
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	1.635.957	1.332.932
Legal	171.862	156.730
Estatutária	1.392.122	1.176.202
Especial para dividendos não distribuídos	71.973	-

e) Lucro por Ação

	30.09.2021	30.09.2020
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas (R\$/mil)	424.425	124.177
Quantidade de Ações (em unidades)	29.645.967	29.645.967
Lucro por Ação (R\$)	14,31646	4,18868

f) Ajuste de Avaliação Patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.09.2021	31.12.2020
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(544.513)	(560.899)
Títulos Disponíveis para Venda	(83.721)	(10.312)
Ajustes de Avaliação Atuarial	(460.792)	(550.587)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Tributos

a) Provisões Constituídas

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	30.09.2021		30.09.2020	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	961.556	961.556	341.924	341.924
Adições Líquidas Caráter Permanente	599	599	1.020	1.020
Adições Líquidas Caráter Temporário	168.826	168.826	381.025	381.025
Lucro Tributável antes Compensações	1.130.981	1.130.981	723.969	723.969
Lucro Tributável antes Compensações - até fevereiro/2020	-	-	-	287.245
Lucro tributável antes compensações - até junho/2021	-	820.090	-	-
Alíquotas	15%	20%	15%	15%
Valores Devidos pela Alíquota Normal	169.647	164.018	108.595	43.087
Lucro Tributável Antes Compensações – a partir de março/2020	-	-	-	436.724
Alíquota a partir de março/2020	-	20%	-	20%
Valores Devidos Pela Nova Alíquota	-	-	-	87.345
Lucro tributável antes compensações – de julho a setembro/2021	-	310.892	-	-
Alíquota de julho a dezembro/2021	-	25%	-	-
Valores devidos pela nova alíquota	-	77.723	-	-
Adicional de Imposto de Renda (10%)	113.080	-	72.379	-
Incentivos	(6.803)	-	(4.520)	-
Valores Devidos	275.924	241.741	176.454	130.432
Realização Reserva Reavaliação e Diferido s/MTM	(181)	(141)	(38.360)	(22.759)
Valores Registrados em Resultado Antes Ativação	275.743	241.600	138.094	107.673
Crédito Tributário s/Diferenças Temporárias	14.923	4.865	(13.994)	(14.026)
Valores Efetivamente Registrados no Resultado	290.666	246.465	124.100	93.647
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes IRPJ/CSLL	30,23	25,63	36,29	27,39

b) Origem dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Relativamente aos planos de benefícios saldados, a atualização financeira dos contratos, que é registrada no resultado do Banco, está sendo ativada considerando a previsão de realização nos próximos 10 anos e calculada pelo atuário do Banco.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução Bacen nº 2/2020.

Na forma definida no Estudo Técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de setembro de 2021:

	31.12.2020	Constituição	Realização	30.09.2021
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	132.191	36.983	59.844	109.330
Provisão para Risco de Crédito - Banco	489.991	134.472	53.654	570.809
Provisão para Risco de Crédito - FNO	1.110.849	-	45.163	1.065.686
Auxílio Pós-Emprego	397.031	4.052	50.385	350.698
Auxílio Pós-Emprego – Del. CVM nº 695/2012	366.846	5.711	174.454	198.103
Planos Saldados	613.575	61.451	83.418	591.608
Desvalorização Marcação a Mercado - venda	57.540	137.003	5.763	188.780
Outras Provisões	110.196	20.068	24.256	106.008
Base de Cálculo	3.278.219	399.740	496.937	3.181.022
Imposto de Renda Diferido (25%)	819.555	99.935	124.234	795.256
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	132.191	36.983	59.844	109.330
Provisão para Risco de Crédito - Banco	489.991	134.472	53.654	570.809
Provisão para Risco de Crédito - FNO	1.110.849	-	45.163	1.065.686
Auxílio Pós-Emprego	397.031	4.052	50.385	350.698
Auxílio Pós-Emprego – Del. CVM nº 695/2012	366.846	5.711	174.454	198.103
Planos Saldados	613.575	61.451	83.418	591.608
Desvalorização de Marcação a Mercado - venda	57.540	137.003	5.763	188.780
Outras Provisões	103.164	20.068	24.256	98.976
Base de Cálculo	3.271.187	399.740	496.937	3.173.990
Contribuição Social Diferida (20%)	654.237	79.948	99.387	634.798
Diferencial Majoração da Alíquota (5%)	-	23.131	9.632	13.499
Total do Crédito Tributário	1.473.792	203.014	233.254	1.443.553

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelece o CMN/Bacen e são classificados como realizáveis a longo prazo, conforme recomenda a Res. BCB 02/2020, independente da expectativa de realização.

d) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de setembro de 2021, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos Tributários	2021	2022	2023	2024	2025	De 2026 a 2030	TOTAL
Crédito Tributário de I.R	140.017	65.209	60.199	59.189	54.651	424.981	804.246
Crédito Tributário de C. Social	117.153	52.167	48.159	47.351	43.721	330.756	639.307
Total – Valores Nominais	257.170	117.376	108.358	106.540	98.372	755.737	1.443.553
Taxa Média de Captação a.a (%)	1,034	1,088	1,156	1,231	1,307	-	-
Valor Presente Destes Ativos	248.714	107.882	93.735	86.548	75.265	-	-

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

e) Créditos Tributários Não Ativados

No final do trimestre, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$528.359 (R\$425.358 em 31.12.2020).

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos conforme definido no Estudo Técnico como critério para ativação.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.09.2021	31.12.2020
Provisão FNO	407.458	326.841
Provisão Auxílio Pós Emprego	548.439	446.553
Provisão Ativos Atuariais - CAPAF	181.221	134.689
Outras Provisões	37.769	37.911
Total das Provisões	1.174.887	945.994
Créditos Tributários (CSLL) (*)	234.977	189.199
Créditos Tributários (IRPJ) (**)	293.382	236.159
Total Créditos Tributários não Ativados (IRPJ e CSLL)	528.359	425.358

(*) CSLL - alíquota de 15% até fevereiro/2020 e 20% a partir de março/2020.

(**) IRPJ - alíquota de 25%. Para efeito de cálculo do Crédito Tributário não ativado de IRPJ foi desconsiderado o saldo de R\$1.359, de acordo com o artigo nº 510 do Decreto Lei nº 9.580/2018.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Impostos e Contribuições a Compensar

Em 30 de setembro de 2021, os "Impostos e Contribuições a Compensar", alcançaram o montante de R\$90.602 (R\$95.244 em 31.12.2020) e estão registrados na conta "Tributos".

g) Passivos Fiscais

	30.09.2021	31.12.2020
Fiscais e Previdenciárias	312.848	96.536
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	282.360	64.120
Impostos e Contribuições a Recolher	30.488	32.416
Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos (*)	15.284	22.395
Total	328.132	118.931

(*) É registrado neste item o valor proveniente de crédito diferido sobre a marcação a mercado e reavaliação.

Circulante	36.404	33.002
Não circulante	291.728	85.929

h) Outras Informações

Consequentemente, e, em cumprimento à legislação que rege o assunto, art. 10, parágrafo único, da Resolução CMN nº 4.842/2020, o Banco ajustou, no 1º semestre/2021, seu crédito tributário ativado, tendo como base a realização prevista para o 2º semestre/2021 no Estudo Técnico de junho/2021, revisado, com as respectivas baixas, uma vez que a majoração da alíquota terá vigência nesse período. O ajuste positivo resultou em R\$13.706, sendo R\$13.344 no resultado e R\$362 no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Desdobramento das Contas de Resultado

Os itens mais relevantes que compõem as contas de resultado estão a seguir demonstrados:

a) Receita de Prestação de Serviços

	3° trim/2021	3° trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Administração de Fundos e Programas	121.078	127.689	471.571	454.027
FNO (nota nº 20)	117.504	124.036	461.298	441.142
Art 19 da lei 8.167/1991	23	-	140	1.625
Finam (nota nº 18)	3.324	2.986	9.409	8.830
Outras - FDA	227	274	724	957
Demais rendas	-	393	-	1.473
Outros serviços	6.899	4.863	20.114	16.099
Demais rendas	6.899	4.863	20.114	16.099
Sub-total	127.977	132.552	491.685	470.126
Rendas de Tarifas Bancárias	48.274	44.346	142.091	120.453
Pessoa Física	30.458	22.983	91.282	64.574
Pessoa Jurídica	17.816	21.363	50.809	55.879
Total	176.251	176.898	633.776	590.579

b) Despesa com Pessoal

	3° trim/2021	3° trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Honorários	(904)	(803)	(2.693)	(2.235)
Benefícios	(17.869)	(18.241)	(53.887)	(55.827)
Encargos Sociais	(37.050)	(34.950)	(106.075)	(104.938)
Proventos	(87.532)	(92.309)	(252.269)	(266.289)
Treinamento	(367)	(420)	(930)	(1.373)
Remuneração de Estagiários	(972)	(911)	(2.869)	(3.266)
Total	(144.694)	(147.634)	(418.723)	(433.928)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Outras Despesas Administrativas

	3° trim/2021	3° trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Água, Energia e Gás	(3.230)	(3.146)	(8.813)	(9.107)
Aluguéis	(3.957)	(3.875)	(11.662)	(11.387)
Processamento de Dados	(18.066)	(8.059)	(33.319)	(35.714)
Comunicações	(4.531)	(6.673)	(12.605)	(21.606)
Manutenção e Conservação de Bens	(3.403)	(2.740)	(9.383)	(8.157)
Material	(135)	(159)	(459)	(572)
Serviços de Terceiros	(7.265)	(5.734)	(21.530)	(16.989)
Vigilância e Segurança	(7.447)	(7.933)	(21.911)	(19.392)
Serviços do Sistema Financeiro	(6.294)	(6.262)	(18.236)	(14.491)
Promoções e Relações Públicas	(955)	(680)	(1.326)	(1.310)
Propaganda e Publicidade	(2.035)	(1.200)	(4.163)	(4.218)
Publicações Oficiais	(38)	(38)	(1.281)	(1.151)
Serviços Técnicos Especializados	(3.767)	(2.666)	(7.727)	(6.694)
Transporte	(3.556)	(3.552)	(10.911)	(10.408)
Viagens	(402)	(331)	(883)	(1.305)
Depreciação	(6.628)	(6.186)	(18.937)	(19.375)
Amortização	(7.469)	(7.444)	(22.157)	(22.177)
Demais Despesas Administrativas	(1.156)	(1.206)	(3.906)	(3.513)
Total	(80.334)	(67.884)	(209.209)	(207.566)

d) Despesas Tributárias

	3° trim/2021	3° trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
ISS	(2.608)	(2.286)	(7.160)	(6.195)
Cofins	(25.556)	(20.971)	(83.841)	(66.262)
PIS/Pasep	(4.153)	(3.408)	(13.624)	(10.768)
Demais Tributos	(395)	(472)	(2.929)	(2.535)
Total	(32.712)	(27.137)	(107.554)	(85.760)

e) Outras Receitas e Despesas Operacionais

	3° trim/2021	3° trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Outras Receitas Operacionais	332.319	271.002	1.130.581	694.473
Demais Receitas Operacionais	331.397	270.860	874.995	693.613
Receitas Não Operacionais	922	142	255.586	860
Outras Despesas Operacionais	(90.183)	(168.649)	(413.857)	(444.071)
Demais Despesas Operacionais	(10.581)	(38.200)	(42.662)	(50.569)
Despesas de Provisões	(79.313)	(130.435)	(350.010)	(393.444)
Despesas Não Operacionais	(289)	(14)	(21.185)	(58)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Demais Receitas Operacionais				
<i>Del Credere</i> FNO	260.298	197.667	714.666	558.076
Recuperação de Operações FNO	20.242	42.239	62.389	68.324
Recuperação de Encargos e Despesas	25.241	279	28.832	12.915
Demais Receitas Operacionais	25.616	30.675	69.108	54.298
Reversão de Provisões	21.713	5.490	40.385	20.016
Reversão de Provisões Contingenciais (*)	21.713	5.246	38.377	5.246
Reversão de Outras Provisões Operacionais	-	244	2.008	14.770
Rendas de <i>Del Credere</i> – FDA	985	1.239	3.075	3.860
Receita Variação Taxas - FMM	-	11.566	15.464	11.566
Receita Variação Taxa Câmbio	-	10.792	3.057	11.268
Multas – Operações Crédito Geral	385	422	1.091	2.064
Rendas s/Depósito Compulsório	1.523	752	3.356	2.603
Demais	1.010	414	2.680	2.921
Total	331.397	270.860	874.995	693.613

(*) Os principais valores estão voltados para provisões de contingências judiciais Trabalhistas e Cíveis e Sucumbências. O registro foi decorrente de reavaliação de risco e da atualização da perda com redução do valor.

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Demais Despesas Operacionais				
Despesas de Variação de Taxa FMM	-	(5.338)	(2.782)	(5.338)
Despesa de Variação Taxa Câmbio	(1.023)	(31)	(1.773)	(228)
Grade de Eventos Perdas Operacionais	(362)	(674)	(2.018)	(2.398)
Despesas s/Saldos Credores do INSS	(113)	(73)	(220)	(329)
Dividendos a Pagar Juros s/Capital	-	-	(553)	(1.247)
Despesas Desconto Concedido Renegociação	(124)	(48)	(382)	(199)
Despesas com TVM	(7)	(13)	(101)	(929)
Desp. Deficiência Aplicação Exigibilidades	-	(386)	-	(386)
Pagamento de Causas (*)	(8.417)	(13.844)	(33.709)	(13.844)
Multa de Órgãos Oficiais	-	(1)	(2)	(3)
Sucumbências/Honorários Esp. - Determ. Judicial	-	(32)	(21)	(42)
Pagto Benefícios/Pensões - INSS	(281)	(29)	(333)	(86)
Demais Despesas Operacionais	(8)	(86)	(49)	(211)
TVM - Cotas de Fundos	(6)	(78)	(364)	(1.508)
Estorno de Encargos Carteira de Fomento	-	(353)	-	(1.193)
Depósitos Recursais Zerados CEF	(198)	-	(239)	(5.414)
Desvalorização de TVM - NTN	-	(17.195)	-	(17.195)
Cumprimento Decisões Judiciais Trabalhistas	(42)	(19)	(116)	(19)
Total	(10.581)	(38.200)	(42.662)	(50.569)

(*) Referem-se a diferenças em pagamentos judiciais decorrentes em grande parte, de atualização monetária; da utilização da metodologia de perda média para o grupo massificado de ações (que se compensa com as reversões verificadas para o mesmo grupo); e, alteração no índice de correção do passivo trabalhista.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Despesas de Provisões				
Garantia Financeira Prestada	(6.860)	(57.945)	(81.374)	(199.228)
Passivo Atuarial	(35.062)	(36.050)	(152.471)	(109.578)
Atualização Benefícios Pós-emprego PBD e PMB	(25.022)	(25.324)	(122.599)	(78.514)
Pós-emprego Assistidos/Auxílio-saúde	(10.040)	(10.726)	(29.872)	(31.064)
Demandas Judiciais	(15.403)	(22.306)	(54.714)	(50.825)
Passivos Trabalhistas	(7.402)	(19.568)	(35.119)	(42.319)
Passivos Cíveis/Sucumbências	(6.689)	(2.061)	(15.872)	(7.043)
Passivos Cíveis - Fundos Investimento	(404)	-	(1.247)	(762)
Outras Contingências - Fiscais	(328)	(34)	(612)	(58)
Provisão Ativos Atuariais - CAPAF	(580)	(643)	(1.864)	(643)
Planos Saldados (nota nº 25.b)	(21.988)	(14.134)	(61.451)	(33.813)
Total	(79.313)	(130.435)	(350.010)	(393.444)

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Receitas Não Operacionais	922	142	255.586	860
Lucros em Transações com Valores e Bens	420	13	672	16
Outras Receitas Não Operacionais	502	129	254.914	844
Reversão Outras Provisões Não Operacionais	-	5	-	5
Ganhos de Capital	7	41	66.158	96
Rendas de Aluguel	1	1	4	8
Outras Rendas Não Operacionais	494	82	188.752	735
Despesas Não Operacionais	(289)	(14)	(21.185)	(58)
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(285)	-	(295)	-
Perdas de Capital	-	-	(2)	(25)
Outras Despesas Não Operacionais	(4)	(14)	(20.888)	(33)
Imobilizações	-	(12)	(104)	(12)
Diversas	(4)	(2)	(20.784)	(21)
Total	633	128	234.401	802

O Resultado não operacional, no período acumulado de 2021, foi impactado pela receita proveniente do recebimento dos pleitos decorrentes do Termo de acordo celebrado entre a Empresa BBTS e o Banco, no qual o Banco teve êxito. Os registros alcançaram as rubricas: ganhos de capital, outras rendas não operacionais e outras despesas não operacionais diversas.

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM foi criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974. É um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e instituído com a missão de assegurar os recursos necessários para os projetos considerados de interesse para a Amazônia Legal. O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam. No Banco, encontram-se registros relacionados a:

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Receita de Prestação de Serviço (nota nº 17.a) (¹)	3.224	2.986	9.409	8.830

(¹) A taxa de Administração corresponde a 3% sobre 70% do PL do Fundo.

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo. No atual estágio dos processos, estão classificados como de perda possível, com divulgação na nota nº 14.f, como parte das causas cíveis.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo é regulamentado pelos Decretos nºs 4.254/2002 e 10.053/2019. Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a de *del credere* e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação. Como agente operador, verificam-se no Banco os seguintes saldos:

	30.09.2021	31.12.2020
<i>Del Credere</i> ⁽¹⁾	24.016	21.967
Risco da Provisão ⁽²⁾ (nota nº 14)	21.456	21.598
Repasse do Tesouro ⁽³⁾ (nota nº 13.b)	79.782	88.413

⁽¹⁾ Está registrado em "Rendas a Receber". A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

⁽²⁾ Calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado em "Provisão para garantias financeiras prestadas"

⁽³⁾ Estão registrados em "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento".

Ainda, conforme o Decreto nº 4.254/2002, neste período e no 3º trimestre de 2020, não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração. Quanto a despesa de provisão está apresentada a seguir:

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Despesa de Provisão Risco de Operações - FDA	283	94	693	3.558

As operações liberadas ao amparo do Decreto nº 10.053/2019 são de risco integral do Banco. A Resolução CMN nº 4.171/2012 regulamenta os encargos a serem cobrados e não recebimento de taxa de administração.

20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Taxa de Administração (nota nº 17.a)	117.504	124.036	461.298	441.142
FNO	94.987	100.673	394.479	371.403
FNO - Pronaf	22.517	23.363	66.819	69.739
<i>Del Credere</i> ⁽¹⁾	260.298	197.667	714.666	558.076
Recuperação de Operações	20.242	42.239	62.389	68.324
Remuneração do Disponível (nota nº 24)	(50.569)	(31.014)	(108.695)	(147.356)
Despesa de Provisão (Risco Compartilhado)	(6.859)	(57.944)	(80.911)	(195.758)

⁽¹⁾ A partir de Janeiro de 2021, foram inclusos neste montante, os valores relativos ao *del credere*-risco 100%.

O patrimônio do FNO, no montante de R\$36.456.824 (R\$33.727.271 em 31.12.2020), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de fundos Públicos Administrados".

A partir de julho de 2021, a Taxa de administração é de 0,0833% a.m., incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente e limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.

O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001), com risco compartilhado de 50%. As operações em que o Banco assume risco 100%, o *del credere* é de 6% a.a. Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufer *del-credere*, por estar isento de risco. Com a vigência da MP 1.052/2021 a partir de 19 de maio de 2021 o *del credere* está limitado a 5,5% conforme anexo II da referida MP.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$19.994 (R\$12.742 no 3º trim/2020) referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível do FNO no montante de R\$3.468.686 (R\$4.781.236 em 31.12.2020) é remunerado à taxa Selic segundo definições da MP nº 1.052/2021 e esse encargo é registrado no grupo "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento". No trimestre, a despesa com remuneração dessa disponibilidade foi

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de R\$50.569 (R\$31.014 no 3º trim/2020).

A despesa de provisão de crédito no Banco, correspondente ao risco compartilhado é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas", cujo saldo acumulado é R\$1.564.123 (R\$1.632.896 em 31.12.2020) (nota nº 14).

No trimestre, o Banco procedeu à baixa de R\$52.560 (R\$66.703 no 3º trim/2020) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do Fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo.

Neste 3º trimestre de 2021, o Banco efetuou repasse de recursos para outras instituições financeiras, assumindo risco integral junto ao Fundo. Estes valores estão registrados em "Devedores por Repasse de Outros Recursos" e, ao final do período, totalizaram R\$20.460 (R\$30.931 em 31.12.2020), com provisão de R\$112 (R\$156 em 31.12.2020).

Neste trimestre, foi devolvido ao Fundo o montante de R\$53.968 (R\$68.878 no 3º trim/2020).

Apresentamos abaixo quadro da composição da Obrigação com os recursos do FNO:

	30.09.2021	31.12.2020
Recursos a Alocar	803.805	246.137
Recursos Alocados - Risco Compartilhado	2.638.009	4.479.818
Recursos Alocados - Risco Banco	4.620.143	972.693
Recursos Alocados - Outras Instituições	20.508	30.992
Taxa de Administração	26.872	55.282
Outros	19.972	37.006
Total (nota nº 13.b)	8.129.309	5.821.928

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO - risco compartilhado e das provisões foram apresentados a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.09.2021				31.12.2020			
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional (¹)	Total	Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional (¹)	Total
AA	-	4.476.345	-	-	-	3.256.943	-	-	-
A	0,5	10.620.786	(26.552)	-	(26.552)	10.791.584	(26.927)	(52)	(26.979)
B	1	4.627.512	(23.138)	-	(23.137)	5.094.540	(25.199)	(273)	(25.472)
C	3	2.994.057	(44.911)	-	(44.911)	2.913.188	(41.165)	(2.533)	(43.698)
D	10	1.906.698	(95.335)	(8.889)	(104.224)	2.001.506	(75.114)	(35.463)	(110.577)
E	30	583.855	(87.578)	(4.016)	(91.594)	599.369	(71.471)	(23.046)	(94.517)
F	50	252.761	(63.190)	(563)	(63.753)	220.621	(34.066)	(21.720)	(55.786)
G	70	157.012	(54.954)	(4)	(54.958)	153.216	(39.193)	(14.443)	(53.636)
H	100	2.310.074	(1.155.037)	44	(1.154.994)	2.444.566	(1.187.274)	(34.957)	(1.222.231)
Total		27.929.100	(1.550.695)	(13.428)	(1.564.123)	27.475.533	(1.500.409)	(132.487)	(1.632.896)

(¹) Refere-se à provisão adicional, constituída no exercício de 2020 por agravamentos de nível de risco e aplicação de percentuais excedentes aos requerimentos mínimos, a partir de avaliações internas, com base na Res.CMN nº 2.682/1999. Os saldos são reflexos das movimentações da carteira, como amortizações, liquidações e baixas para prejuízo.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, e no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no período, no montante de R\$276 (R\$2.107 em 31.12.2020), conforme demonstrado a seguir:

	Taxa	30.09.2021		31.12.2020	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	-	-	40	12
Proger urbano		-	-	40	12
Disponível	TMS	1	-	16	263
Proger urbano		1	-	16	263
Principal		275	-	2.051	-
Proger urbano		275	-	2.051	-
Total		276	-	2.107	275

As obrigações com o FAT apresentam classificação por prazo de vencimento, conforme demonstrado a seguir:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Valores(*)	%	Valores	%
A vencer				
Até 30 dias	-	-	51	18,5
De 31 a 90 dias	-	-	56	20,5
De 91 a 180 dias	-	-	85	30,8
De 181 a 360 dias	-	-	77	27,9
Mais de 1 ano	-	-	6	2,3
Total	-	-	275	100,0

(*) A coluna não apresenta valores devido o Banco não está operando com recursos do FAT no momento e os contratos existentes estão sendo liquidados.

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destina-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$64 (R\$646 em 31.12.2020).

22. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério da Infraestrutura, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

	30.09.2021	31.12.2020
Recursos Repassados ⁽¹⁾	99.960	225.343

⁽¹⁾ Estão registrados no grupo "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" e são atualizados monetariamente com base na variação do dólar (PTAX) e pela TJLP, mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

23. Fundos de Investimentos Financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), são administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros, geridos pela Orla DTVM S/A e custodiados pelo BNY Mellon Banco S.A.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	30.09.2021	31.12.2020
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	5.316	47.182
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	61	65
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seletivo "2"	34	38
Fundo Amazônia Credit 90	1	1
Fundo Amazônia Mix "2"	27	28
Total	5.439	47.314

Neste trimestre, não ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos. (R\$462 e R\$179 em 31.12.2020), respectivamente.

24. Partes Relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Honorários (nota nº 17.b)	(904)	(803)	(2.693)	(2.235)
Diretoria Executiva	(614)	(532)	(1.823)	(1.531)
Conselho de Administração	(76)	(69)	(219)	(198)
Conselho Fiscal	(40)	(43)	(131)	(130)
Comitê de Auditoria	(174)	(159)	(520)	(376)
Remuneração Variável Anual	-	-	(685)	-
Outros benefícios ⁽¹⁾	(27)	(19)	(82)	(57)
Total	(931)	(822)	(3.460)	(2.292)

(1) Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários).

	30.09.2021	31.12.2020
Diretoria - Honorários	34.129,72	42.876,00
Conselho de Administração	3.612,05	3.612,05
Conselho Fiscal	3.612,05	3.622,09

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Principais Entidades como Partes Relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na nota nº 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas nºs: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Captações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 21 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 22 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 25 (Benefícios a empregados). As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas nºs 12, 13, 18, 19, 20, 21 e 22.

Um sumário dos principais saldos é apresentado a seguir:

	30.09.2021	31.12.2020
Passivos		
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 21)	-	275
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12.a)	691.052	736.754
Tesouro Nacional	25.745	25.880
BNDES	609.274	633.389
Finame	55.790	77.147
Finep	243	338
Outros Passivos	8.309.051	6.135.684
FNO (notas nºs 13.b e 20)	8.129.309	5.821.928
FMM (notas nºs 13.b e 22)	99.960	225.343
FDA-aplicado (notas nºs 13.b e 19)	79.782	88.413
Total	9.000.103	6.872.713

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Receitas taxa administração (nota nº 17.a)	121.078	127.689	471.571	454.027
Receita <i>Del credere</i> do FNO (nota nº 20)	260.298	197.667	714.666	558.076
Desp. c/ remuneração disp. FNO (nota nº 20)	(50.569)	(31.014)	(108.695)	(147.356)
Prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 20)	(6.859)	(57.944)	(80.911)	(195.758)
Desp. contrib. patronal – Capaf (nota nº 25.c)	(3.482)	(3.264)	(9.812)	(9.935)
Liquidados - BD e Misto	(682)	(706)	(1.999)	(2.272)
Prev-amazônia - Capaf	(2.800)	(2.558)	(7.813)	(7.663)
Atualiz. ajuste pós-emp-Capaf	(57.050)	(50.184)	(213.922)	(143.391)
Atualiz.Benefício Pós-emprego PBD e PMB (nota nº 17.e)	(25.022)	(25.324)	(122.599)	(78.514)
Atualização Planos Saldados (nota nº 17.e)	(21.988)	(14.134)	(61.451)	(33.813)
Desp.pós-emprego–assistidos/aux.saúde (nota nº 17.e)	(10.040)	(10.726)	(29.872)	(31.064)

25. Benefícios a Empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar BD Saldado, Misto Saldado e PrevAmazônia são administrados pela BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil e os Planos BD e Misto Liquidados são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 647 de 29 de setembro de 2021, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 29 de setembro de 2021, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 207 de 6 de abril de 2021.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A CAPAF efetuou a transferência para a BB Previdência em 31 de dezembro de 2019, tendo sido a folha de pagamento aos aposentados e pensionistas de janeiro/2020 paga pela BB Previdência. Permanecem na CAPAF os Planos BD e Misto Liquidados.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação destes, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público-alvo.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas Atuariais Adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Plano BD Elegível (%)		Plano BD Não Elegível (%)	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	8,2	7,0	8,2	7,0
Taxa de juros desconto atuarial-real	4,6	3,4	4,6	3,4
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,5	3,5	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,5	3,5	3,5
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,5	3,5	3,5
Taxa de inflação	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	8,2	7,0	8,2	7,0

	Plano Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	8,2	7,7	8,0	5,9	8,5	7,9
Taxa de juros desconto atuarial-real	4,6	3,8	4,4	2,4	4,8	4,2
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,8	N/A	N/A	3,5	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,8	3,5	3,5	-	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,8	-	-	-	-
Taxa de inflação	3,5	3,8	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	8,2	7,7	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II – Demográficas

	Plano BD Elegível (%)		Plano BD Não Elegível (%)	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Taxa de rotatividade	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Planos Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Taxa de rotatividade	0,6	0,6	N/A	N/A	0,6%	0,6%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

* suavizada em 20% em 2021 e 20% em 2020.

** suavizada em 30% em 2021 e 30% em 2020.

a.2) Valores Reconhecidos no Resultado e em Outros Resultados Abrangentes

	Plano BD	
	3º trim/2021	3º trim/2020
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(12.562)	(12.945)
Provisão para planos de benef e outros benefícios pós-emprego	(12.562)	(12.945)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	(252)	(290)
Ganhos e Perdas sobre o ativo	11.456	11.658
Ganhos e Perdas sobre o passivo	16.519	(28.727)
Total dos componentes regist em outros resultados abrangentes	27.723	(17.359)
Total dos componentes de benefício definido	15.161	(30.304)
	Plano Misto	
	3º trim/2021	3º trim/2020
Custo do serviço		
Custo do serviço	(1)	(1)
Custo de juros líquidos	(560)	(555)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(561)	(556)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o ativo	421	1.554
Ganhos e Perdas sobre o passivo	841	(2.395)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	1.262	(841)
Total dos componentes de benefício definido	701	(1.397)
	Assistidos pelo Banco	
	3º trim/2021	3º trim/2020
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(1.319)	(1.549)
Provisão para planos de benefios e outros benefícios pós-emprego	(1.319)	(1.549)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	9.352	(1.151)
Total dos componentes regist em outros resultados abrangentes	9.352	(1.151)
Total dos componentes de benefício definido	8.033	(2.700)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo do serviço

Auxílio-Saúde		
	3º trim/2021	3º trim/2020
Custo de serviço	(1.249)	(1.388)
Custo de juros líquidos	(7.282)	(7.507)
Provisão para planos de benef e outros benefícios pós-emprego	(8.531)	(8.895)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	28.890	(17.142)
Total dos componentes regist em outros resultados abrangentes	28.890	(17.142)
Total dos componentes de benefício definido	20.359	(26.037)

a.3) Movimentação do (Passivo)/Ativo Reconhecido

Plano BD		
	3º trim/2021	3º trim/2020
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(673.361)	(709.249)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	504	579
Provisão para planos de benefício definido	(12.562)	(12.945)
Provisão Adicional Reserva Matemática	(73.451)	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	27.723	(17.359)
(Passivo)/ativo reconhecido no período	(731.147)	(738.974)

Plano Misto		
	3º trim/2021	3º trim/2020
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(34.289)	(31.804)
Contribuições do patrocinador líquido de carregamento administrativo	7	7
Provisão para planos de benefício definido	(561)	(556)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	1.262	(840)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(33.581)	(33.193)

Assistidos pelo Banco		
	3º trim/2021	3º trim/2020
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(79.249)	(89.051)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	1.402	1.716
Provisão para planos de benefício definido	(1.319)	(1.549)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	9.352	(1.151)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(69.814)	(90.035)

Auxílio-Saúde		
	3º trim/2021	3º trim/2020
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(358.948)	(350.692)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	2.439	2.977
Provisão para planos de benefício definido	(8.531)	(8.895)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	28.890	(17.141)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(336.150)	(373.751)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.4) Conciliação dos Saldos do Valor Presente da Obrigação Atuarial

	Plano BD	
	3º trim/2021	3º trim/2020
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(804.823)	(840.545)
Benefícios pagos pelo plano	12.607	12.695
Custo de juros	(15.000)	(15.465)
Remensurações de perdas atuariais	25.411	(36.105)
Decorrentes de ajuste de experiência	(9.457)	(664)
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	34.868	(35.441)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(781.805)	(879.420)

	Plano Misto	
	3º trim/2021	3º trim/2020
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(82.994)	(82.156)
Benefícios pagos pelo plano	1.620	2.360
Custo de juros	(1.482)	(1.494)
Custo de serviço corrente	(2)	(2)
Remensurações de Perdas atuariais	1.682	(4.789)
Decorrentes de ajuste de experiência	(1.801)	(1.432)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	3.483	(3.357)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(81.176)	(86.081)

	Assistidos pelo Banco	
	3º trim/2021	3º trim/2020
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(79.249)	(89.051)
Benefícios pagos pelo plano	1.402	1.716
Custo de juros	(1.319)	(1.549)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	9.352	(1.151)
Decorrentes de ajuste de experiência	4.800	803
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	4.552	(1.954)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(69.814)	(90.035)

	Auxílio-Saúde	
	3º trim/2021	3º trim/2020
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(358.947)	(350.692)
Benefícios pagos pelo plano	2.438	2.977
Custo de juros	(7.282)	(7.507)
Custo de serviço corrente	(1.249)	(1.388)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	28.890	(17.141)
Decorrentes de ajuste de experiência	7.544	3.565
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	21.346	(20.706)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(336.150)	(373.751)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.5) Análise de Sensibilidade das Principais Hipóteses

Plano BD					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial-Elegíveis	(546.024)	(521.930)	(543.671)	(523.846)	(533.587)
Superávit/(déficit) do plano	(546.024)	(521.930)	(543.671)	(523.846)	(533.587)
Variação na obrigação atuarial	2,33%	(2,18)	1,89%	(1,83)	
Variação no superávit/(déficit)	2,33%	(2,18)	1,89%	(1,83)	
Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(254.003)	(242.795)	(252.908)	(243.686)	(248.218)
Superávit/(déficit) do plano	(254.003)	(242.795)	(252.908)	(243.686)	(248.218)
Variação na obrigação atuarial	2,33%	(2,18)	1,89%	(1,83)	
Variação no superávit/(déficit)	2,33%	(2,18)	1,89%	(1,83)	
Plano Misto					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(83.020)	(79.448)	(82.652)	(79.747)	(81.176)
Valor justo dos ativos do plano	14.015	14.015	14.015	14.015	14.015
Superávit/(déficit) do plano	(69.005)	(65.433)	(68.637)	(65.732)	(67.161)
Variação na obrigação atuarial	2,27%	(2,13)	1,82%	(1,76)	
Variação no superávit/(déficit)	2,75%	(2,57)	2,20%	(2,13)	
Assistidos pelo Banco					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(72.333)	(67.483)	(70.686)	(68.964)	(69.814)
Superávit/(déficit) do plano	(72.333)	(67.483)	(70.686)	(68.964)	(69.814)
Variação na obrigação atuarial	3,61%	(3,34)	1,25%	(1,22)	
Variação no superávit/(déficit)	3,61%	(3,34)	1,25%	(1,22)	
Auxílio-saúde					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(342.447)	(330.248)	(349.112)	(324.029)	(336.150)
Superávit/(déficit) do plano	(342.447)	(330.248)	(349.112)	(324.029)	(336.150)
Variação na obrigação atuarial	1,87%	(1,76)	3,86%	(3,61)	
Variação no superávit/(déficit)	1,87%	(1,76)	3,86%	(3,61)	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.6) Receitas e Pagamentos Esperados para o Período Seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio-saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(5.925)
Custo de juros líquidos	(50.231)	(2.239)	(5.276)	(29.122)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(50.231)	(2.243)	(5.276)	(35.047)
Montantes esperados período seguinte-Normais	2.408	35	7.763	10.274
Total dos pagamentos esperados para o plano	2.408	35	7.763	10.274

a.7) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.9) Descrição da Política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da Base Utilizada para Determinar a Taxa de Desconto Atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da duração de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	Valor da Obrigação em 31.12.2020	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2021
Plano BD	746.813	120.939	(98.375)	(38.230)	731.147
Plano Misto	32.084	1.660	(163)	-	33.581
Total BD e Misto	778.897	122.599	(98.538)	(38.230)	764.728

	Valor da Obrigação em 31.12.2019	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2020
Plano BD	754.810	87.020	(63.032)	(39.824)	738.974
Plano Misto	32.388	2.482	(1.677)	-	33.193
Total BD e Misto	787.198	89.502	(64.709)	(39.824)	772.167

b) Planos Saldados

Os contratos assinados entre o Banco e BB Previdência referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	Valor da Obrigação em 31.12.2020	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2021
Planos Saldados	613.575	61.452	-	(83.419)	591.608

	Valor da Obrigação em 31.12.2019	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2020
Planos Saldados	656.394	33.812	-	(74.358)	615.848

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Plano Prevamazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	3º trim/2021	3º trim/2020	01.01 a 30.09.2021	01.01 a 30.09.2020
Liquidados - BD e Misto	(682)	(706)	(1.999)	(2.272)
Prev-amazônia	(2.800)	(2.558)	(7.813)	(7.663)
Total (nota nº 24.b)	(3.482)	(3.264)	(9.812)	(9.935)

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	30.09.2021	31.12.2020
Saldados	591.608	613.575
Liquidados	764.728	778.897
Assistidos	69.814	88.793
Auxílio Saúde	336.150	369.660

Ações Coletivas

Ação TRT da 16ª Região (MA)

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf. Processo previa julgamento para julho de 2019, no entanto, foi retirado da pauta de julgamento por decisão do Pleno do TRT-16ª Região, com data para novo julgamento ainda no mês de julho/2020, adiado em face de negociações entre SEEB e BANCO, mediadas pelo Juízo Relator da Rescisória e ainda não encerradas. De acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 a ação é classificada como possível.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à Capaf, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06.02.2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF. Respalçado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 02.03.2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo entrou em pauta de julgamento no mês de julho/2020, tendo havido pedido de vistas regimentais feitos por uma das Desembargadoras presentes na sessão. Processo julgado em agosto/2020. Ação julgada

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

improcedente, tendo o Banco oposto Embargos de Declaração. Embargos julgados improcedentes. Recurso interposto para o TST, ainda aguardando julgamento.

A provisão do plano BD, existente em 30.09.2021 totalizou R\$731.147, distribuída da seguinte forma:

- Provisão para os participantes abrangidos pela ação rescisória – R\$596.583;
- Provisão de 50% das reservas matemáticas dos participantes que ainda estão na ativa – R\$61.113;
- Adicional de Provisão de reservas matemáticas do plano PBD – R\$73.451, sendo R\$46.532 no 1º semestre/2021.

A composição da provisão referente a ação rescisória, no montante de R\$596.582, é a seguinte:

- 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja, aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001, que totalizou ao final do trimestre R\$533.587;
- 50% dos que ainda não elegíveis, isto é, aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada, que totalizou ao final do trimestre R\$62.995.

A Composição da provisão existente ao final do trimestre para os planos liquidados BD/Misto:

- BD Liquidado (Nota 25 – a.3) – R\$731.147;
- Misto Liquidado - 50% das reservas matemáticas (Nota 25 – a.3) R\$33.581;
- Total da Provisão – R\$764.728.

Em cumprimento a ação transitada em julgado foi desembolsado pelo Banco, no trimestre, o montante de R\$38.230 (R\$52.408 em 31.12.2020).

Com base nas análises conduzidas, atuais circunstâncias administrativas e judiciais, condensadas acima, é entendimento que a provisão existente em 30 de setembro de 2021, é suficiente para fazer frente aos possíveis desembolsos oriundos dos planos administrados pela CAPAF (BD e Misto).

26. Remuneração Paga aos Empregados

Remuneração Mensal dos Empregados (em R\$ unitários):

	30.09.2021	31.12.2020
Menor Salário	2.937,18	2.646,77
Maior Salário	30.777,12	27.734,63
Salário Médio	9.271,43	8.349,91

27. Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar, controlar e reportar as exposições aos riscos de mercado e liquidez, tanto para operações incluídas na carteira de negociação quanto para demais posições.

O Banco possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados, mantendo equipe qualificada para a adequada gestão de riscos.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de Liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez.

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM, em 30.09.2021 foi de R\$9,101 bilhões, representando 74,13% do portfólio total de R\$12,277 bilhões (R\$10,335 bilhões, representando 78,63% do portfólio total de R\$13,146 bilhões em 31.12.2020). A maioria dos recursos, 64,20% (68,37% em 31.12.2020), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banco da Amazônia está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.

Nesse sentido, o Banco da Amazônia vem aumentando seus controles, inclusive aperfeiçoando a solução de gestão de garantias, que reúne em uma única base corporativa as informações necessárias ao controle da suficiência ou disponibilidade de garantias no Banco, contribuindo para redução do risco operacional, bem como mitigação do risco de crédito.

Além do exposto, foi validado o Modelo de Descumprimento de Risco de Crédito (*Low Default Portfólio – LDP*), direcionado para clientes que possuam nota de crédito atribuído por agências de classificação de risco externa, além de delimitador definido metodologicamente. Essa nova ferramenta permitirá aperfeiçoar a avaliação de risco de clientes desta natureza, que apresentam historicamente baixa incidência de inadimplência.

Deste modo, incorporando melhorias ao seu processo de gestão e às melhores práticas do mercado bancário, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basileia II, Resolução Bacen nº 4.557/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital e da Resolução Bacen nº 4.677/2018 que estabelece limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de Mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado para 1 dia, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de setembro de 2021, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R\$6,406 milhões e R\$5,066 milhões (R\$6,574 milhões e R\$5,421 milhões em 31.12.2020), estando dentro dos limites de referência de 36,54% e 41,06% respectivamente (44,33% e 51,95% em 31.12.2020). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade aos limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, em status Normal, com posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários onde se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: Cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, Cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, Cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$5,4394 em 30.09.2021 (R\$5,1967 em 31.12.2020) e a taxa DI de 1 ano no nível de 6,15% a.a. (1,90% a.a. em 31.12.2020).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$6,7993 em 30.09.2021 (R\$6,4959 em 31.12.2020), e a taxa DI de 1 ano no nível de 7,69% a.a. (2,38% a.a. em 31.12.2020), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$8,1591 em 30.09.2021 (R\$7,7951 em 31.12.2020) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 9,23% a.a. (2,85% a.a. em 31.12.2020), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos ativos da Carteira Tesouraria Banking, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Exposições Financeiras		30.09.2021			31.12.2020		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	668	(20.804)	(34.226)	41	(15.364)	(25.756)
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	6.119	27.445	57.116	5.216	76.438	112.631
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	12	(15.673)	(26.075)	2.438	549	533
Total		6.799	(9.032)	(3.185)	7.695	61.623	87.408

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$9,032 milhões correspondentes ao cenário II.

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 0,15% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco.

d) IRRBB

Define-se o IRRBB conforme a Circular Bacen nº 3.876/2018, como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco está segregado as operações classificadas na carteira de não-negociação ou carteira bancária, que compreende todos os instrumentos financeiros que não há intenção de negociar, após sua aquisição ou originação, tipo: captações (depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais), crédito (fomento e comercial) e ativos na carteira da tesouraria classificados em “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”. A organização possui perfil de exposição a risco de mercado conservador, onde as diretrizes e limites são monitorados de forma independente. Com isso a organização busca estar alinhada com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

O Banco Central do Brasil através da Circular Bacen nº 3.938/2019, definiu novas metodologias e procedimentos para avaliação de suficiência de valor do Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para as instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), nos termos do art. 2º da Resolução Bacen nº 4.553/2017. Para os fins de apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária e observância à Circular Bacen nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas: de Resultado de Intermediação Financeira (ΔNII) e de Valor Econômico (ΔEVE).

Desde a entrada em vigor da resolução Bacen nº 4.557/2017, em fevereiro de 2018, o Banco atualizou o cálculo do Rban utilizando a abordagem de Valor Econômico na mensuração do risco da taxa de juros na carteira bancária. A exigência regulatória para envio no Documento 2061 das informações do IRRBB iniciou em janeiro de 2020. Em consonância com a Circular Bacen nº 3.938/2019. O valor do IRRBB, calculado pela metodologia ΔNII , com base em dados de setembro de 2021, representou o montante de R\$68,20 milhões.

e) Risco Operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310) que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução Bacen nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

A Instituição está permanentemente em alerta quanto a mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e soluções eficazes.

f) Gestão de Capital

O Banco da Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento atende ao previsto na Resolução Bacen nº 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

orçamento.

g) Índice de Basileia (Limite Operacional)

O Banco mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução 4.193/2013, do CMN, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal instituído por essa mesma Resolução.

O Índice de Basileia (Índice de Adequação de Capital) é calculado de acordo com o estabelecido nas resoluções do CMN 4.192/2013 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e 4.193/2013 (cálculo do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido - PRMR) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

No 3º trimestre de 2021, o Banco apresentou um Índice de Basileia (IB) de 11,7% acima do requerimento regulatório (9,625%) e da política da instituição, mantendo sua capacidade de cumprir não só com os mínimos regulatórios, mas também com os Adicionais de Capital. O Bacen dispõe sobre a metodologia de apuração das parcelas ACPCContracíclico e ACPSistêmico e os seus respectivos percentuais em relação ao montante RWA.

Em virtude da pandemia, o BACEN emitiu a Resolução Nº 4.783, de 16 de março de 2020. Na qual se expande a capacidade de utilização de capital dos bancos, de modo que estes tenham melhores condições para realizar as eventuais renegociações e manter o fluxo de concessão de crédito. Na prática, esta medida amplia a folga de capital (diferença entre o capital efetivo e o capital mínimo requerido), conferindo mais espaço e segurança aos bancos para manterem seus planos de concessões de crédito ou mesmo ampliá-los nos próximos meses.

Considerando que os colchões de capital devem ser usados durante momentos adversos, esta medida reduz o Adicional de Conservação de Capital Principal (ACPCConservação) de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano. Após este período (1 ano), o ACPCConservação será gradualmente reestabelecido até 31 de março de 2022 ao patamar de 2,5%.

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.09.2021	31.12.2020
Patrimônio de Referência (PR)	3.438.177	2.901.781
PR Nível I	3.438.177	2.901.781
Capital Principal	3.438.177	2.901.781
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	29.277.119	25.032.800
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	25.174.477	21.080.641
Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	836	909
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	4.101.806	3.951.250
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	1.317.470	1.126.476
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	1.756.627	1.501.968
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	2.342.170	2.002.624
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ.Mínimo Requerido	2.120.707	1.775.305
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.681.550	1.399.813
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	11,7%	11,6%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	11,7%	11,6%
Índice de Basileia (PR / RWA)	11,7%	11,6%

⁽¹⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽²⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽³⁾ O fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0%.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Outras informações

a) Avais e Fianças Prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.09.2021	31.12.2020
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	14.028.871	13.807.512
Coobrigação em cessão de créditos – alongam crédito rural	7.811	7.132
Total	14.036.682	13.814.644

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura R\$151.301. (R\$149.113 em 31.12.2020), com prêmio de R\$255 (R\$255 em 31.12.2020, determinada em função dos valores e riscos envolvidos).

c) Resultado recorrente e não recorrente

Seguindo o que recomenda a Resolução BCB nº 2/2020, o resultado contábil do 3º trimestre de 2021 foi de R\$121.787. Como resultado recorrente, o Banco alcançou R\$96.649 e como não recorrente foi de R\$(25.138) referente recuperação de despesa judicial cível de processo do Banco Santos.

O resultado contábil no 3º trimestre de 2020 foi de R\$15.242, com resultado recorrente de R\$62.573, e não recorrente de R\$47.331, formado pelos seguintes eventos: provisão de crédito adicional, abono do acordo coletivo e plano de aposentadoria incentivada – PAI.

d) Ações Relacionadas à COVID 19

A pandemia da COVID – 19 persistiu durante 2021 e mesmo com o processo de vacinação em andamento, tiveram que ser mantidas as ações de enfrentamento à pandemia como: distanciamento social, uso de máscaras, utilização de álcool em gel e campanhas de conscientização da população.

Em termos trabalhistas o governo federal editou a MP nº 1.046/2021, dispondo sobre as medidas trabalhistas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. que versa sobre:

- I. O teletrabalho;
- II. A antecipação de férias individuais;
- III. A concessão de férias coletivas;
- IV. O aproveitamento e a antecipação de feriados;
- V. O banco de horas;
- VI. A suspensão de exigência administrativa em segurança no trabalho;
- VII. O diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)
- VIII. Outras medidas como as relacionadas a área de saúde estão inseridas nessa MP.

O Banco segue com seu gabinete de crise atuante, com monitoramento e comunicações sobre as ações de enfrentamento da COVID-19, acompanhamento de Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde e da evolução da saúde dos empregados, bem como para dar continuidade as medidas administrativas de acordo com a progressão da doença no País, região e estados onde o Banco atua.

Foram doados pelo Banco cilindros de oxigênio e máscaras de proteção facial para público mais exposto ao contágio, não apenas da área de saúde como também feirantes e atendentes. Essas doações foram realizadas em diversas áreas da região amazônica.

Os empregados, terceirizados, gestores, aprendizes e estagiários, deverão seguir os protocolos gerais e protocolos específicos de saúde e segurança de todos na Instituição para o enfrentamento do pós contingência.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, foram adotadas as seguintes medidas:

1. Em relação ao crédito

O Banco vem praticando sua missão institucional em desenvolver “Uma Amazônia sustentável com crédito e soluções eficazes” diante da continuidade da situação da pandemia e ao mesmo tempo estando focado no atendimento aos seus clientes e ao público em geral, manteve e incrementou as disponibilidades para atender os diversos segmentos da economia regional, aumentando a carteira de crédito, especialmente a lastreada com recursos do FNO, sendo beneficiados, principalmente os mini, micro e pequenos empreendedores.

Em relação ao comportamento da PCLD na carteira de crédito do Banco no 3º trimestre de 2021 não descolou das projeções realizadas pela área de gestão e acompanhamento.

Os principais movimentos de incrementos e decrementos ocorridos foram motivados por reavaliações normais de risco, assunções de dívida e ainda as liquidações naturais. Não houve no período nenhum movimento de risco, por deliberação especial, que resultou em PCLD adicional bem como em decremento.

Mantido o comportamento da carteira e as ações de acompanhamento e cobrança, nosso cenário, otimista aponta para o fechamento da PCLD abaixo da meta esperada.

Em face da manutenção de um cenário de baixa recuperação da atividade econômica, para setores econômicos específicos, ainda afetados pelos efeitos restritivos da pandemia da COVID-19, o Banco da Amazônia concedeu, desde o 1º semestre de 2021 e mantido no 3º trimestre, prazo adicional para pagamentos de operações de crédito através de Circulares de Renegociação, amparadas pela Resolução CMN nº 4.908/2021.

O Banco da Amazônia criou condições especiais para os empreendedores que precisam de apoio para superar a crise gerada pela pandemia da Covid-19, implementando medidas como a flexibilização das regras para a suspensão do pagamento de parcelas de financiamento de operações de crédito de pessoas físicas e jurídicas. O Objetivo do Banco é preservar os negócios dos empreendedores da Amazônia promovendo ações alinhadas com as políticas públicas do Governo Federal.

2. Em relação ao atendimento nas unidades do Banco, ao público interno (funcionários, estagiários, terceirizados, etc) e outras medidas

Em Circular específica, a partir de setembro/2021 foi iniciado o plano de trabalho para retomada das atividades presenciais. A seguir algumas medidas administrativas adotadas e mantidas para retomada das atividades no pós contingência:

- Cumprimento dos protocolos gerais e protocolos específicos para os empregados, terceirizados, gestores, aprendizes, estagiários e público externo, que definem as ações de saúde e segurança de todos dentro da Instituição para o enfrentamento pós contingência, em observância às normas do Ministério da Saúde e decretos estaduais/municipais;
- Os empregados deverão apresentar autodeclaração de saúde e vacinação para retorno ao trabalho presencial;
- O teletrabalho permaneceu de forma temporária e emergencial, conforme situações específicas, para empregados que exercem as atividades que se enquadram em home office;
- Os empregados do grupo de risco permanecem em teletrabalho (home office);
- Escalas com horários alternativos e escalas diferenciadas de acordo com as atividades de cada unidade;
- São observadas as condições de doenças nos municípios onde o Banco tem unidades e, havendo conflito entre as normas previstas na Circular e os decretos estaduais/municipais, prevalecem os que fixarem medidas mais rígidas e restritivas;
- Os empregados que estão realizando atividades presenciais nas Unidades do Banco poderão ter acesso à realização de teste para diagnóstico da Covid19, conforme situações especificadas na Circular;
- Permanece o serviço de Telemedicina para o cuidado com a saúde dos empregados do Banco;
- Mantida a suspensão de viagens internacionais e restrição de viagens nacionais;
- Mantida a suspensão de eventos de grande porte;
- Treinamentos e reuniões presenciais com no máximo 10 pessoas e direcionamento para realizações virtuais;
- Mantido o uso de equipamentos e ações de prevenção: uso de máscara obrigatório, disponibilização de álcool em gel, evitar aglomerações, os espaços físicos encontram-se delimitados, verificação de temperatura, utilização de tapetes higienizadores na entrada dos ambientes, etc.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Outras Medidas

O Banco da Amazônia mantém avaliação e monitoramento contínuos de suas atividades em razão do cenário que ainda é de incerteza o que impossibilita mensurar de forma assertiva os impactos que a pandemia ainda trará à economia.

Como resultado dessas incertezas alguns julgamentos e estimativas adotados pelo Banco foram e continuam sendo revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período divulgados pelo Banco.

- **Gerenciamento de riscos e capital**

O Banco mantém PR - Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requeridos mesmo em cenário de estresse.

- **Aplicação das regras da Resolução CMN nº 4.783/2020**

A redução da alíquota do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano, com reversão gradual até março de 2022, ajudou as instituições financeiras a manter, ou mesmo ampliar, o fluxo de concessão de crédito e renegociações.

O ACPConservação consiste em uma exigência de capital que, caso não seja atendida, restringe a distribuição de dividendos aos acionistas e bônus aos administradores, de forma a facilitar que o capital seja recomposto no futuro. Até 30/09/2021 a alíquota do ACP Conservação estava em 1,625%, de acordo com o cronograma da Resolução.

- **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

O Banco possui perfil conservador de investimento, ou seja, aplica, a maioria de seus recursos, em títulos considerados de baixo risco, como pode ser observado na segmentação da carteira de TVM (nota nº 6) nas seguintes proporções: 75,4% em títulos públicos e 24,6% em títulos privados.

Embora a concentração de nossos ativos se dê em títulos públicos, que são classificados como investimentos de menor risco de crédito da economia brasileira, garantidos pelo governo, eles, também, estão sujeitos ao risco de mercado, em menor proporção, uma vez que há volatilidade nos preços.

Considerando a situação atípica em função da pandemia, houve maior seletividade na realização de operações com títulos privados, ressaltando que não houve inadimplência quanto aos eventos (pagamento de juros e/ou amortizações) por parte dos emissores privados.

- **Provisão para Riscos por Demandas Contingentes**

O risco com as demandas cíveis e trabalhistas, mantiveram-se em patamar estável aos dos períodos anteriores não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face da metodologia que vem sendo adotada para avaliação das provisões.

- **Tributos Próprios**

O Banco não adotou a faculdade concedida pela Portaria nº 139/2020 do Ministério da Economia, referente a postergação de recolhimento de tributos.

- **Distribuição de Lucros**

O Banco tem como política a distribuição de remuneração aos acionistas somente no exercício. Assim, não ocorreu remuneração aos acionistas no 3º trimestre/2021.

- **Medidas Governamentais**

De acordo com suas atividades o Banco buscou atender e se enquadrar nas diversas medidas ditadas pelo governo federal e que ainda se encontram vigentes, com destaque para:

- Permanência da aplicação das regras da Resolução CMN nº 4.798/2020, instituindo linha de crédito especial com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. A linha FNO EMERGENCIAL objetivou promover a recuperação e a preservação das atividades econômicas nos setores produtivos, industrial, comercial e de serviços, em municípios com estado de calamidade pública decretada na área de atuação do FNO, mitigando, assim, os efeitos gerados na atividade econômica em função da pandemia.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Principais Julgamentos e Incertezas**

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pelo Banco continuam sendo revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas venham a refletir com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período divulgado pelo Banco.

Ainda não é possível mensurar de forma inequívoca os impactos que a pandemia trará, nem quanto tempo as medidas de contenção serão necessárias.

Valeida Neila Pessoa de Souza

Contadora

CRC – PA Reg. 011298/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506
Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil
Telefone +55 (91) 3321-0150
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém -PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 12 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., referentes ao 3º trimestre 2021 (ITR) findo em 30 de setembro de 2021, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 12 de novembro de 2021.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o art. 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., referentes 3º trimestre 2021 (ITR) findo em 30 de setembro de 2021, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 12 de novembro de 2021.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor